



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL
UASG: 450522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10564/2026/SEMDES	
DATA DE ABERTURA: 15/06/2026 às 09h00min. no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			
OBJETO			
Registro de Preço para contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos e serviços de traslado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para a população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, conforme LEI MUNICIPAL DE Nº. 2.569/2021, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais, por um período de 12 (doze) meses.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
R\$ 384.490,32 (trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos).			R\$ 0,01
REGISTRO DE PREÇOS?	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO OU EQUIVALENTE	POR GRUPO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA ITEM 10 DESTA EDITAL)*			
Requisitos Básicos: - SICAF ou documentos equivalentes.		Requisitos Específicos: Item 10.13 do Edital - Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. - Apresentação de Licença Sanitária vigente , expedida pelo órgão competente da vigilância sanitária municipal ou estadual, que comprove a autorização para funcionamento da empresa e a execução de atividades funerárias, incluindo preparo de corpos e serviços correlatos. - A licitante deverá comprovar, quando exigido pela legislação sanitária aplicável ao objeto, que suas atividades e insumos utilizados na execução dos serviços funerários observam as normas de vigilância sanitária vigentes, mediante apresentação de documentos emitidos pelo órgão competente, quando pertinentes.	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

MODO DE DISPUTA	ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP?	ITEM COM RESERVA DE COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO
ABERTO	NÃO*	NÃO	NÃO

*Justificativa para não utilização de lotes exclusivos no item 16. do Termo de Referência.

PRAZO DE ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
Até 10/06/2026 no e-mail: pregaopma@hotmail.com , demais condições no item 15. deste Edital
OBSERVAÇÕES GERAIS
-
AVISO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)

Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: pregaopma@hotmail.com



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LICITAÇÃO

(LEI 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10564/2026/SEMDES

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo Decreto Municipal nº. 23.385 datado de 07 de janeiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90063/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR GRUPO**, tendo por finalidade **Registro de Preço para contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos e serviços de traslado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para a população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, conforme LEI MUNICIPAL DE Nº. 2.569/2021, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais, por um período de 12 (doze) meses.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br (comprasnet); e/ou www.ariquemes.ro.gov.br na aba de anexos da licitação no link: <https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br/novo/EXECUTIVO/compras-licitacoes/licitacoes/2026/3>.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

CÓDIGO UASG:	450522
PREGOEIRA:	DAIANE VIEIRA PACIFICO
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	28/05/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	15/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	15/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).

1.1.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 10564/2026/SEMDES**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. DO OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos e serviços de traslado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para a população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, conforme LEI MUNICIPAL DE Nº. 2.569/2021, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.1.1. A licitação será por **GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Devendo a licitante participar em todos os itens que formam o GRUPO ÚNICO.

2.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:

GRUPO ÚNICO						
ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT/ CATSER	MÉDIA VALOR UNIT. (R\$)	MÉDIA VALOR TOTAL (R\$)
01	KM	10.000	Serviço de traslado fúnebre intermunicipal.	4170	5,19	51.900,00
02	UND.	16	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483059	1.645,58	26.329,28
03	UND.	16	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483060	1.940,98	31.055,68



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

04	UND.	40	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor . Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483058	2.362,50	94.500,00
05	UND.	40	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	2.841,80	113.672,00
06	UND.	08	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	3.666,67	29.333,36
07	UND.	08	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	4.712,50	37.700,00
VALOR TOTAL						R\$ 384.490,32

2.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.2. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;

2.2.1 Prazo e locais de entrega: - Conforme estabelecido no item 5.1. no Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

2.2.1.1. Não é possível definir locais específicos para a execução do objeto, em razão de sua natureza excepcional.

2.2.1.2. O início dos serviços será de IMEDIATO a partir do recebimento da Ordem de Serviço e/ou Solicitação, no qual será emitida pela CONTRATANTE de acordo com as demandas.

2.2.3. Detalhamento dos serviços - Conforme estabelecido no item 5.2 do Termo de Referência - **Anexo I deste Edital.**

2.2.3.1. Serviços funerários:

- a) Remoção, preparação e paramentação corpo com vestimentas adequadas;
- b) Ornamentação da Urna;
- c) Organização do local do velório.

2.2.3.2. Serviços administrativos:

- a) Atender a família enlutada e organizar os detalhes do funeral;
- b) Providenciar a documentação necessária para embarque e desembarque do esquife(caixão fúnebre);
- c) Providenciar a documentação necessária para a liberação do corpo junto ao órgão competente, quando necessário, para o translado terrestre intermunicipal;
- d) Identificação do cadáver ou dos restos mortais sob translado (documentação pessoal);
- e) Certidão de Óbito registrada em cartório;
- f) Identificação do Requerente do Translado (documentação pessoal do responsável ou familiar);
- g) Autorização para Remoção do cadáver ou dos Restos Mortais expedida pelo Órgão de Segurança Pública;
- h) Declaração de Responsabilidade no Translado e demais serviço pertinente aos órgãos correspondentes ou Protocolo de Atendimento Funeral prestado, assinado pelo responsável ou familiar.

2.2.3.3. Serviços de Translado:

2.2.3.3.1. A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços de transporte terrestre (municipal e intermunicipal):

- a) Retirada do cadáver da unidade hospitalar ou domicílio até a localidade da funerária, que possua as condições para o procedimento de tratamento do corpo;
- b) Retirada do cadáver da funerária até a localização do velório;
- c) Retirada do cadáver do velório até a localização do cemitério, para o sepultamento;
- d) Retirada do cadáver do local da preparação do corpo/velório até o terminal de embarque de carga, em conformidade com a Resolução RDC nº 33 de 08/07/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos, para o embarque do corpo ao destino de origem, se couber.

2.2.3.4. Fornecimento de urnas:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

2.2.3.4.1. A empresa fornecedora ficará como depositária do saldo das urnas funerárias e deverá fornecer de acordo com as especificações descritas no item 1 deste Termo de Referência de forma parcelada, quando solicitado pela contratante.

2.2.3.4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta.

2.2.3.4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado neste Termo de Referência, as custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

2.2.3.4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2.2.3.4.5. É expressamente vedada à empresa fornecedora do serviço a solicitação/recebimento de quaisquer taxa/contribuição/doação financeira da família ou responsável pelo finado, antes/durante/depois do atendimento funerário.

2.2.4. Detalhamento da execução dos serviços – Conforme estabelecidos no item 5.3. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.2.4.1. O início dos serviços será de IMEDIATO a partir do recebimento da Ordem de Serviço e/ou Solicitação, no qual será emitida pela CONTRATANTE de acordo com as demandas.

2.2.4.2 A funerária deverá iniciar o serviço em no máximo 02 (duas) horas, após o recebimento do formulário expedido pela Secretaria, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço/Solicitação, por escrito, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato;

2.2.4.3 Sendo finais de semana, feriados ou em horário diverso do expediente da Contratante, qual seja, de 07h30min às 13h30min, a Contratada deverá entrar em contato com a técnica plantonista do dia, que se responsabilizará por verificar se a família está nos critérios estabelecidos para que seja concedido o benefício eventual;

2.2.4.4 No caso descrito no item 5.3.2 a técnica plantonista poderá fazer a liberação via telefone, encaminhando o formulário de autorização no próximo dia útil.

2.2.4.5 A funerária deverá manter um posto/sede de atendimento no município de Ariquemes/RO de fácil acesso aos munícipes, uma vez que os benefícios são para famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade neste município;

2.2.4.6 As instalações da contratada deverão atender integralmente às disposições da Lei Municipal nº 2.498/2021, bem como às suas eventuais alterações, observando os requisitos legais, sanitários e operacionais aplicáveis à prestação dos serviços funerários.

2.2.4.7 O carro de transporte do esquife, deverá ser compatível com o item carregado e deve constar a identificação da empresa prestadora de serviço.

2.2.4.8 A SEMDES, por meio do fiscal do contrato poderá realizar vistoria semestral para verificar se o transporte está nos critérios mencionados no item 2.2.4.7.

2.2.5. Da conduta e da Proteção de dados - Conforme estabelecidos no item 5.4 no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)

2.3.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal De Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal De Assistência Social;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Programação: 08.244.0014.2411 Gestão De Benefícios Eventuais;
Elemento De Despesa: 33.90.32 Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita;
Fonte De Recursos: Recurso Próprio e Estadual.

2.4. DO PAGAMENTO

2.4.1. Conforme estabelecido no item 7.20.1. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital; “...O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.”

2.5. INDICE DE REAJUSTE

2.1.3. Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato;

2.1.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.

2.1.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.1.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.1.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.1.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.1.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

2.1.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.1.11. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.11. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.5. O impedimento de que trata o **item 3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.4.2 e 3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

3.8. O disposto nos **itens 3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.10. A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. Em tempo, será analisado também:

3.11.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

3.11.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (até que se encerre os prazos das sanções);

3.11.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.2.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.2.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.2.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.2.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.2.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.2.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.2.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.2.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.2.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.2.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.2.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;

5.1. O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.1.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.1.3. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.2.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.3.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM e será adjudicado por GRUPO.

6.3.3. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo);

6.3.5. O licitante **poderá**, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.3.6.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.3.6.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.3.6.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.3.6.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.3.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.3.9. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.9.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.10. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.11. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [https://www.comprasnet.gov.br/](https://www.comprasnet.gov.br)

6.3.12. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6.4.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

6.4.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

6.4.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.5.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.5.5.2. empresas brasileiras;

6.5.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.5.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6. Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);

8.2.2. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

8.2.3. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.1.5. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*;

9.1.6. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>) – *consulta meramente informativa, sem efeito desclassificatório*.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

9.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.

9.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.11. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.11.1. contiver vícios insanáveis;

9.11.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.11.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.11.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.12.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.12.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.13. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.13.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 9.13.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 9.13.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.14.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.15.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 9.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 9.17.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.17.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.18.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.19.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.20.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.21.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 9.22.** Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

10.4.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.](#)

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.10.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10.7. No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.10.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.10.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.10.10. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.10.11. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.10.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.11.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.11.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.5. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.11.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.11.7. Certidão de regularidade de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - **CNDT**.

10.12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.12.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.12.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.12.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.12.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.12.5. 8.2.1.3.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

10.12.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.12.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.12.8. Quando se tratar de Consórcio, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados.

10.13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.13.1.1. Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

10.13.1.2. O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito** privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

10.13.1.3. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema Comprasnet.

10.13.1.4. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota (s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

10.13.1.5. Apresentação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo órgão competente da vigilância sanitária municipal ou estadual, que comprove a autorização para funcionamento da empresa e a execução de atividades funerárias, incluindo preparo de corpos e serviços correlatos.

10.13.1.5.1. A licitante deverá comprovar, quando exigido pela legislação sanitária aplicável ao objeto, que suas atividades e insumos utilizados na execução dos serviços funerários observam as normas de vigilância sanitária vigentes, mediante apresentação de documentos emitidos pelo órgão competente, quando pertinentes.

10.14. DAS DECLARAÇÕES:

10.14.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.

a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

10.14.2. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece à legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.15. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, após a fase de lances ou quando solicitadas pelo agente.

10.15.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.15.2. OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

10.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail.; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

13.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

13.4.4. Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;

13.4.5. A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.

13.4.6. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do objeto, do prazo de vigência, do parcelamento do fornecimento, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II apud AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

13.4.7. Nas contratações decorrentes da Lei nº 14.133/2021, independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica. (AGU. Orientação Normativa nº 21/2022);

13.4.8. I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que ilude o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

engenharia e de manutenção de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133/2021; ou b) o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa. (AGU. Orientação Normativa nº 84/2022);

13.5. Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

13.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

- 14.2.2.** multa;
- 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020**) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo, sala 10, no 1º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

15.3.1. Para facilitar o processamento das solicitações, as empresas devem enviar o documento do pedido de esclarecimento em formato PDF copiável.

15.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.8. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

16.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, os licitantes remanescentes até a 3ª (terceira) classificação, serão convocados a encaminhar no e-mail: pregaopma@hotmail.com, declaração de interesse em aderir ao cadastro de reserva conforme Decreto nº 19.359/2022.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

16.1.1. Caso os licitantes classificados até o 3º lugar não manifestem interesse o pregoeiro poderá estender a convocação aos demais, respeitando a sequência de classificação, até que se preencham as vagas previstas, até que se esgotem as empresas.

16.1.2. Os licitantes poderão compor cadastro reserva, desde que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022.

16.1.3. Os licitantes deverão informar no e-mail, todos os itens que desejarem participar do cadastro reserva: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo, valor unitário igual ao do licitante vencedor, valor total igual ao do licitante vencedor

16.1.4. Os licitantes que aceitem participar do cadastro reserva, terá sua documentação de habilitação analisada em conformidade com o edital.

16.1.5. Os interessados ao fim dos procedimentos licitatórios serão convocados nos mesmos termos previstos para a ata de registro de preços, do edital de licitação, a realizar a assinatura da ata de cadastro de reserva conforme modelo em anexo ao edital.

16.1.6. Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

17. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES

17.1. Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

17.2. Esse processo seguirá as seguintes etapas:

17.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

17.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação: Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

17.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes: Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

17.2.4. Negociação do menor valor possível: Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

17.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada: A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

17.2.6. Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;

17.2.7. A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

17.2.8. A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

17.2.9. Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

17.3. Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

18.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

18.2.2. Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

18.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

18.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.5. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

18.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.

18.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

18.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

18.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

18.13. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

18.15. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

18.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

18.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

18.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

18.19. CREDENCIAMENTO e-PROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providencias.

18.19.1. Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer peticionamentos e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

18.19.2. Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

18.19.3. Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

18.20. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.gov.br/compras, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

18.21. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

18.22. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

18.23. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

19. ANEXOS

19.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3941014)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3928154);
Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3934844);
Apêndice III do T.R. - Quadro de Distribuição por Secretaria (ID 3908796);
Apêndice IV do T.R. - Minuta de Contrato (ID 3859578);
Apêndice V do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID3887336);
Apêndice VI do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3887380);
Apêndice VII do T.R - Lei Municipal de Nº2.498/2.021 (ID 3886013);
Apêndice VIII do T.R - Lei Municipal Nº 2.939, Ariquemes, 12 De Maio De 2025;
Apêndice IX do T.R - Lei Municipal ee Nº. 2.569/2021, de 02 de dezembro De 2021.

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

Ariquemes/RO, 08 de maio de 2026.

Elaborado por:

Camila Alecrim de Azevedo
Integrante da Diretoria de Compras - SML
Decreto n.º 22.992/2025

Pregoeira Designada:

Daiane Vieira Pacífico
Pregoeira
Decreto nº 23.385/2026



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

ANEXO I DO EDITAL

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (ID 3941014)

Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (ID 3928154);
Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3934844);
Apêndice III do T.R. – Quadro de Distribuição por Secretaria (ID 3908796);
Apêndice IV do T.R. – Minuta de Contrato (ID 3859578);
Apêndice V do T.R. – Minuta da Ata de Registro de Preço (ID3887336);
Apêndice VI do T.R. – Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3887380);
Apêndice VII do T.R - Lei Municipal de Nº2.498/2.021 (ID 3886013);
Apêndice VIII do T.R - Lei Municipal Nº 2.939, Ariquemes, 12 De Maio De 2025;
Apêndice IX do T.R - Lei Municipal ee Nº. 2.569/2021, de 02 de dezembro De 2021.

Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA
PROCESSO Nº 10564/2026/SEMDES

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

ITEM	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML/PMA

a) A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, localizada na rua _____, n.º _____, na cidade de _____, do estado de _____, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº 90063/2026/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

_____, em ____ de _____ de 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **90063/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 10564/2026/SEMDES**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2026.

Nome:
RG/CPF:
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026/SML/PMA

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 184/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
184/2026	450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES	EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	23/04/2026 11:55 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		10564/2026

1. Definição do objeto

1.1 Registro de Preço para contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos e serviços de traslado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para a população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, conforme LEI MUNICIPAL DE Nº. 2.569/2021, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT/ CATSER	MEDIA VALOR UNIT	MEDIA VALOR TOTAL
1	km	10.000	Serviço de traslado fúnebre intermunicipal.	4170	5,19	51.900,00
2	und	16	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483059	1.645,58	26.329,28
3	und	16	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 1,20 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483060	1.940,98	31.055,68
4	und	40	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração	483058	2.362,50	94.500,00

			interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor . Inclusos Seviços Administrativos e Funerários.			
5	und	40	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	2.841,80	113.672,00
6	und	08	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	3.666,67	29.333,36
7	und	08	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	4.712,50	37.700,00
VALOR TOTAL					R\$	384.490,32

*Valores de acordo com o Quadro Comparativo (ID 3926841).

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 As especificações do(s) produto(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, os quais deverão ser integralmente atendidos pela contratada, de modo a assegurar o atendimento pleno das necessidades institucionais.

Dos órgãos participantes

1.6 São órgãos participantes deste Registro de Preços:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A necessidade da contratação decorre de demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio do Memorando nº 323/SEMDES/ADM/2026, visando assegurar a continuidade da prestação de serviços essenciais vinculados à política pública de assistência social.

2.2 Os serviços funerários possuem natureza essencial e contínua, destinados ao atendimento de demandas sociais sensíveis e imprevisíveis, cuja interrupção compromete a dignidade da pessoa humana e o adequado atendimento ao interesse público.

2.3 A assistência social, nos termos da Constituição Federal de 1988, configura-se como direito do cidadão e dever do Estado, sendo operacionalizada por meio de ações que garantam proteção social e condições mínimas de dignidade à população em situação de vulnerabilidade.

2.4 Nesse contexto, o benefício eventual na modalidade auxílio funeral encontra amparo na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) e na Lei Municipal nº 2.569/2021, caracterizando-se como provisão temporária, de natureza não contributiva, destinada a mitigar os impactos decorrentes de falecimento no núcleo familiar.

2.5 Inserção no Plano de Contratações Anual (PCA)

2.5.1 Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal Nº.14.133/21, com o Número da contratação: 190/2026, Nº DFD: 201/2025, data estimada para o início do processo de contratação em 04/05/2026 e com data estimada para a conclusão do processo de contratação em 31/07/2026.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual integra este Termo de Referência como apêndice, apresentando, de forma detalhada, a solução técnica adotada para o atendimento das necessidades administrativas.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação encontram-se pormenorizados no item 14 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual integra este Termo de Referência como apêndice, para todos os fins de direito, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e das normas correlatas de compras públicas sustentáveis.

4.2. Subcontratação, Cessão e/ou Transferência:

4.2.1. É expressamente vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos ou obrigações inerentes ao presente objeto, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em contrato, o qual oferecerá o detalhamento das condições aplicáveis, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.3 Requisitos da Contratação:

4.3.1. A contratada deverá oferecer serviços funerários de qualidade para os usuários beneficiados, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana. A prestadora dos serviços deverá ser do ramo da atividade pretendida, na qual possa garantir todas as obrigações do contrato, bem como estar regularizada nas exigências de nível de habilitação prévia à contratação, na regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica. Na perspectiva de assegurar a execução desses serviços, a contratação deve assegurar as seguintes características e funcionalidades:

- Garantia da qualidade dos serviços com disponibilidade de pessoal qualificado voltado para a eficácia e eficiência dos recursos empregados;
- Disponibilidade de infraestrutura adequada e suficiente para atendimento do objeto;
- Veículos em bom estado para o transporte seguro e ágil de cadáveres;
- Atendimento do objeto com equipamentos, materiais, insumos de boa qualidade;
- Aptidão frente à regularidade fiscal, econômica/contábil, trabalhista, idoneidade e social;
- Apresentar aptidão para o desempenho das atividades pertinentes, por meio de atestado de capacidade técnica compatível em características e especificações, prazos e pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços requeridos;
- Responsabilidade pelo traslado, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido em vias pavimentadas e não pavimentadas;
- Cumprimento eficiente das rotinas estabelecidas para o atendimento, especialmente quanto à apresentação de documentação primordial que permita as condições de ateste das despesas;
- Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, dados e documentos obtidos em razão da execução do contrato, vedada sua divulgação ou utilização para fins diversos do objeto contratado, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente;
- Preparação de todos os corpos, com a higienização e troca de vestimenta;
- Cumprir todas as normas ambientais e sanitárias relativas a prestação adequada e eficiente dos serviços;

4.3.2 Será realizada avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados, considerando critérios como: pontualidade, adequação dos materiais fornecidos, atendimento às famílias e conformidade com as condições contratuais.

4.3.3 As instalações da contratada deverão atender integralmente às disposições da Lei Municipal nº 2.498/2021, bem como às suas eventuais alterações, observando os requisitos legais, sanitários e operacionais aplicáveis à prestação dos serviços funerários.

4.4 Garantia da contratação

4.4.1 Aplica-se, no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), especialmente quanto à responsabilidade do fornecedor por vícios de qualidade, quantidade e conformidade dos produtos/serviços fornecidos.

4.4.2 Eventuais falhas na execução contratual ou descumprimentos das condições pactuadas deverão ser sanados de forma imediata pela contratada, sem ônus adicional à Administração, assegurando a plena funcionalidade, qualidade e conformidade do objeto contratado.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazo e locais de entrega:

5.1.1 Do Prazo de Execução:

5.1.1.1 O início dos serviços será de IMEDIATO a partir do recebimento da Ordem de Serviço e/ou Solicitação, no qual será emitida pela CONTRATANTE de acordo com as demandas.

5.1.1.2 A funerária deverá executar o serviço em no máximo 02 (duas) horas, após o recebimento do formulário expedido pela Secretaria, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço/Solicitação, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato, observado os critérios do item 5.3 deste Termo de Referência.

5.1.2 Local de entrega:

5.1.2.1 Não há como definir um local específico devido a excepcionalidade do objeto.

5.2 Detalhamento dos Serviços:

5.2.1 Serviços funerários:

- a) Remoção, preparação e paramentação corpo com vestimentas adequadas;
- b) Ornamentação da Urna;
- c) Organização do local do velório.

5.2.2 Serviços Administrativos:

- a) Atender a família enlutada e organizar os detalhes do funeral;

- b) Providenciar a documentação necessária para embarque e desembarque do esquife(caixão fúnebre);
- c) Providenciar a documentação necessária para a liberação do corpo junto ao órgão competente, quando necessário, para o translado terrestre intermunicipal;
- d) Identificação do cadáver ou dos restos mortais sob translado (documentação pessoal);
- e) Certidão de Óbito registrada em cartório;
- f) Identificação do Requerente do Translado (documentação pessoal do responsável ou familiar);
- g) Autorização para Remoção do cadáver ou dos Restos Mortais expedida pelo Órgão de Segurança Pública;
- h) Declaração de Responsabilidade no Translado e demais serviço pertinente aos órgãos correspondentes ou Protocolo de Atendimento Funeral prestado, assinado pelo responsável ou familiar.

5.2.3 Serviços de Translado:

5.2.1.1 A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços de transporte terrestre (municipal e intermunicipal):

- a) Retirada do cadáver da unidade hospitalar ou domicílio até a localidade da funerária, que possua as condições para o procedimento de tratamento do corpo;
- b) Retirada do cadáver da funerária até a localização do velório;
- c) Retirada do cadáver do velório até a localização do cemitério, para o sepultamento;
- d) Retirada do cadáver do local da preparação do corpo/velório até o terminal de embarque de carga, em conformidade com a Resolução RDC nº 33 de 08/07/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos, para o embarque do corpo ao destino de origem, se couber.

5.2.4. Fornecimento de Urnas

5.2.4.1 A empresa fornecedora ficará como depositária do saldo das urnas funerárias e deverá fornecer de acordo com as especificações descritas no item 1 deste Termo de Referência de forma parcelada, quando solicitado pela contratante.

5.2.4.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta.

5.2.4.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado neste Termo de Referência, as custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.2.4.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2.4.5 É expressamente vedada à empresa fornecedora do serviço a solicitação/recebimento de quaisquer taxa/contribuição/doação financeira da família ou responsável pelo finado, antes/durante/depois do atendimento funerário.

5.3 Detalhamento da Execução dos Serviços:

5.3.1 O início dos serviços será de IMEDIATO a partir do recebimento da Ordem de Serviço e/ou Solicitação, no qual será emitida pela CONTRATANTE de acordo com as demandas.

5.3.1.1 A funerária deverá iniciar o serviço em no máximo 02 (duas) horas, após o recebimento do formulário expedido pela Secretaria, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço/Solicitação, por escrito, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato;

5.3.2 Sendo finais de semana, feriados ou em horário diverso do expediente da Contratante, qual seja, de 07h30min às 13h30min, a Contratada deverá entrar em contato com a técnica plantonista do dia, que se responsabilizará por verificar se a família está nos critérios estabelecidos para que seja concedido o benefício eventual;

5.3.2.1 No caso descrito no item 5.3.2 a técnica plantonista poderá fazer a liberação via telefone, encaminhando o formulário de autorização no próximo dia útil.

5.3.3 A funerária deverá manter um posto/sede de atendimento no município de Ariquemes-RO de fácil acesso aos munícipes, uma vez que os benefícios são para famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade neste município;

5.3.3.1 As instalações da contratada deverão atender integralmente às disposições da Lei Municipal nº 2.498/2021, bem como às suas eventuais alterações, observando os requisitos legais, sanitários e operacionais aplicáveis à prestação dos serviços funerários.

5.3.4 O carro de transporte do esquife, deverá ser compatível com o item carregado e deve constar a identificação da empresa prestadora de serviço.

5.3.4.1 A SEMDES, por meio do fiscal do contrato poderá realizar vistoria semestral para verificar se o transporte está nos critérios mencionados no item 5.3.4.

5.4 Da conduta e Da proteção de dados:

5.4.1 Na execução de toda a atividade funerária que compreende os serviços deste Termo, deverá ser regularmente observado os princípios éticos e os decorrentes padrões de conduta profissional, de acordo com as legislações aplicáveis ao caso.

5.4.2 A Contratada deverá orientar os seus funcionários a agir com respeito à dignidade da pessoa humana, aos seus sentimentos, ao interesse social e a família enlutada. Sendo vedado qualquer exposição a situações constrangedoras.

5.4.3 É vedado a divulgação de qualquer informação, imagem ou fotografia que tenha relação com o serviço prestado;

5.4.4 A contratada deve observar as disposições contidas na Lei n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto na legislação aplicável.

6.2. Na hipótese de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro das circunstâncias em termo de apostilamento, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que garantida a rastreabilidade e a autenticidade da comunicação.

6.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que demandem cumprimento imediato, especialmente nos casos que possam comprometer a regular execução contratual..

6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) e por seus respectivos substitutos, nos termos do artigo 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, bem como registrar todas as ocorrências relevantes em relatório próprio.

6.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7. O gestor do contrato será responsável pela coordenação e supervisão do acompanhamento e fiscalização contratual, assegurando a instrução adequada do processo administrativo, com registro formal de todas as ocorrências relacionadas à execução, tais como ordens de serviço, alterações, prorrogações e relatórios de fiscalização, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto Municipal nº 19.159/2022.

6.7.1. Compete ao gestor verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e pagamento, anotando em relatório de riscos eventuais quaisquer fatos que possam obstar o fluxo normal de liquidação ou pagamento das despesas.

6.7.2. O gestor deverá acompanhar os registros efetuados pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, consolidando as informações relativas às ocorrências da execução contratual e comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua esfera de competência.

6.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação de desempenho da contratada, com base nas informações dos fiscais técnico, administrativo e setorial, aferindo o cumprimento das obrigações contratuais e as penalidades eventualmente aplicadas, devendo o resultado constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do artigo 8º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 19.159 /2022.

6.7.4. O gestor do contrato deverá adotar as medidas necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização, quando constatadas infrações contratuais, encaminhando-o à comissão prevista no artigo 158 da Lei nº 14.133/2021 ou ao setor competente para condução do procedimento sancionatório.

6.8. O fiscal administrativo do contrato deverá comunicar ao gestor o término da vigência contratual com antecedência mínima necessária, a fim de possibilitar a tempestiva prorrogação, renovação ou encerramento formal do ajuste, conforme o planejamento administrativo.

6.9. Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório conclusivo, contendo a avaliação sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação, bem como recomendações para o aprimoramento dos processos administrativos e operacionais da Administração, com vistas à melhoria contínua da gestão contratual.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 Do recebimento do Objeto:

7.1.1 São de inteira responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Ariquemes, os procedimentos de recebimento dos materiais e serviços, por Comissão de Recebimento, inserida na estrutura das Secretarias, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

7.1.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos e serviços entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato, Termo de Referência e seus apêndices;

7.2 Formas de recebimento:

7.2.1 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.2.2 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.2.3 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o provisório.

7.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.5 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

7.6 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.7 A contratada deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, de forma imediata, em razão da natureza essencial e da urgência inerentes aos serviços funerários, as urnas mortuárias fornecidas e/ou os serviços prestados que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, em conformidade com o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

7.8 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.11 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.12 Liquidação

7.12.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20 Prazo de pagamento

7.20.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento definitivo do objeto por meio do termo de recebimento de serviços, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021

7.20.2 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.20.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.21 Forma de pagamento

7.21.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21.5 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. Reajuste

7.22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme Quadro Comparativo (ID 3507126).

7.22.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.22.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.22.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.22.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.22.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.22.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR GRUPO**, em regime de execução indireta e modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

8.1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço global dos valores unitários do grupo, sagrando-se vencedor o menor valor da somatória resultante de todos os itens do grupo.

8.1.3 A escolha do critério de julgamento por grupo justifica-se para a obtenção de preços mais competitivos simplificando o processo de seleção dos fornecedores, facilitando a comparação entre as propostas tornando o processo mais transparente e eficaz.

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme segue:

8.2.1.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

8.2.1.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.2.1.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.2.1.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1.1.8 Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.2.1.1.9 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.2.1.1.10 Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.2.1.1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1.2.1 . Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.2.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo créditos tributários federais e Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

8.2.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.2.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, conforme o Título VII-A da CLT.;

8.2.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

8.2.1.2.7 Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração expedida pela Fazenda competente ou documento equivalente.

8.2.1.2.8 O Microempreendedor Individual (MEI) estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, conforme o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

8.2.1.3.1 Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.2.1.3.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.2.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.1.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.2.1.3.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

8.2.1.3.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.1.3.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.2.1.3.8 Quando se tratar de Consórcio, cada empresa dele integrante deve apresentar os documentos relacionados.

8.2.1.4 Qualificação Técnica

8.2.1.4.1 Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

8.2.1.4.1.1 O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

8.2.1.4.1.2 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

8.2.1.4.1.3 Administração reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, cópias de Notas Fiscais correspondentes aos atestados apresentados, para verificação da veracidade das informações.

8.2.1.4.4 Apresentação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo órgão competente da vigilância sanitária municipal ou estadual, que comprove a autorização para funcionamento da empresa e a execução de atividades funerárias, incluindo preparo de corpos e serviços correlatos.

8.2.1.4.5 A licitante deverá comprovar, quando exigido pela legislação sanitária aplicável ao objeto, que suas atividades e insumos utilizados na execução dos serviços funerários observam as normas de vigilância sanitária vigentes, mediante apresentação de documentos emitidos pelo órgão competente, quando pertinentes.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 384.490,32

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 384.490,32 (trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos), conforme custos unitários e quantitativos constantes do Quadro de Média de Preços ID 3926841, apresentado em apêndice a este Termo de Referência.

9.2 O valor estimado da contratação constitui limite máximo aceitável para as propostas, uma vez que foi definido com base em pesquisa de mercado realizada conforme critérios técnicos e metodológicos previstos na Instrução Normativa nº 001/SML/PMA/2021. Assim, eventuais propostas apresentadas com valores superiores ao estimado serão automaticamente desclassificadas, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10. Adequação orçamentária

10.1 A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos e serviços por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

10.2 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2026 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, e mediante autorização expressa da Exma. Sra. Prefeita Municipal, poderão ser utilizados recursos de outras Secretarias Municipais, conforme o interesse público e a conveniência administrativa.

10.3 Poderão, igualmente, servir de cobertura às despesas decorrentes das contratações amparadas por este instrumento, os recursos orçamentários provenientes de convênios, ajustes, doações, transferências voluntárias ou instrumentos congêneres, celebrados com outros entes federativos, entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras ou organismos internacionais, desde que formalmente incorporados ao orçamento municipal.

10.4 Caso a contratação venha a ser formalizada ainda no exercício em curso, as despesas correspondentes correrão à conta das dotações orçamentárias específicas consignadas no orçamento vigente do Município de Ariquemes/RO.

10.5 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programação: 08.244.0014.2411 Gestão de Benefícios Eventuais;

Elemento de Despesa: 33.90.32 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

Fonte de Recursos: Recurso Próprio e Estadual.

10.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Do Faturamento

11.1 Deverão ser apresentadas para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, as Notas Fiscais que deverão ser emitidas em 02 (duas) vias, com cópias enviadas no e-mail semdes.ariquemes.processos@gmail.com em favor da unidade:

11.1.1 Fundo Municipal de Assistência Social

CNPJ: 14.749.953/0001-61

Endereço: Av. Jamari, 4615, setor 02, CEP: 76.873-125, Ariquemes/RO

Telefone: (69) 3516-2045.

11.2 No corpo da nota deverá conter:

11.2.1. Descrição detalhada dos serviços executados ou dos materiais fornecidos, incluindo marca, modelo, especificação técnica e validade dos produtos, quando aplicável, bem como o respectivo valor unitário e total;

11.2.2. Número do processo administrativo, da cotação e da nota de empenho;

11.2.3. Indicação da Secretaria ou Fundo beneficiário, conforme o caso;

11.2.4. Número da conta bancária de titularidade da contratada (mesmo CNPJ constante na nota), agência e banco para depósito do pagamento;

11.2.5. Indicação do nome e CPF do responsável legal da empresa emitente;

11.2.6. Data de emissão e prazo de validade da nota fiscal;

11.2.7. Declaração de que o preço constante da nota fiscal inclui todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos incidentes sobre o fornecimento;

11.2.8. Quando o recurso for proveniente de emendas federais ou estaduais, deverá constar o número da proposta, convênio ou contrato de repasse correspondente;

11.2.9. Observação expressa de que o pagamento está condicionado ao atesto de recebimento definitivo do objeto e à regularidade fiscal da contratada no momento da liquidação da despesa.

12. Condições de Participação

12.1 Poderão participar do presente certame todas as empresas do ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devidamente qualificadas e que comprovem o atendimento às exigências legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2 Será admitida a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial, desde que atendam às condições previstas na legislação vigente e comprovem a viabilidade de execução do objeto.

12.3 . É vedada a participação na licitação das pessoas físicas ou jurídicas enquadradas nas hipóteses previstas nos arts. 9º e 14 da Lei n.º 14.133/2021, especialmente:

12.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Termo de referencia e seu(s) anexo(s);

12.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

12.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

12.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

12.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

12.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

12.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

12.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

12.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

12.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.11 Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.3.12 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

12.3.13 Empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Município de Ariquemes, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

13. Das Cláusulas Instrumento Contratual

13.1 As condições e regras aplicáveis à execução contratual, bem como as obrigações da contratante e da contratada, inclusive quanto à eventual cessão e /ou transferência de direitos e responsabilidades, encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos da Minuta de Contrato, a qual integra o presente Termo de Referência como apêndice, para todos os fins de direito.

14. Da Justificativa da Formação do RP

14.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação encontra amparo no art. 64 do Decreto Municipal nº 19.359/2022, o qual estabelece que o procedimento poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional de contratações de bens e serviços, observadas as seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

...

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

14.2. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos e serviços de traslado, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para a população usuária do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de forma contínua, destinados às demandas da população usuária do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme Lei Municipal nº. 2.569/2021, que dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais. Considerando a natureza contínua, essencial e imprevisível da demanda, bem como a necessidade de atendimento imediato, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se medida administrativa eficiente, econômica e tecnicamente adequada, permitindo contratações gradativas conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

14.3. O Sistema de Registro de Preços viabiliza a formação de um cadastro formal de fornecedores e respectivos valores registrados, possibilitando a contratação célere e eficaz dos serviços funerários, sem a necessidade de instauração de múltiplos procedimentos licitatórios para cada ocorrência. Tal mecanismo assegura maior agilidade no atendimento, previsibilidade administrativa e otimização dos recursos públicos, especialmente diante da urgência que caracteriza esse tipo de serviço.

14.4. Ademais, o SRP contribui para a padronização dos serviços prestados, garantindo qualidade mínima, dignidade no atendimento às famílias e observância de critérios técnicos e operacionais adequados. O modelo proporciona flexibilidade na execução dos serviços, permitindo o atendimento imediato das demandas emergenciais.

14.5. Dessa forma, a formação do Registro de Preços configura-se como instrumento estratégico de planejamento e gestão pública, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público, consagrados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo contratações vantajosas, regulares e compatíveis com as boas práticas administrativas.

14.6. Diante do exposto, constata-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de traslado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, é plenamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, apresentando-se como a alternativa mais racional e eficiente para o atendimento das demandas permanentes da Administração Municipal, por assegurar gestão planejada, redução de custos e maior celeridade na prestação do benefício à população em situação de vulnerabilidade.

15. Da Ata de Registro de Preço

15.1 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

15.2. Da Formação do Cadastro de Reserva:

15.2.1. Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados a encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, manifestação de interesse em compor o Cadastro de Reserva, mediante envio de e-mail para pregaopma@hotmail.com, nos termos do Decreto Municipal nº 19.359/2022.

15.2.2. Os três primeiros licitantes mais bem classificados que manifestarem interesse dentro do prazo comporão o cadastro de reserva.

15.2.3. Poderão integrar o cadastro de reserva os licitantes que aceitarem fornecer os bens pelos mesmos valores registrados em favor do licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, conforme § 4º do art. 72 do Decreto Municipal nº 19.359/2022.

15.2.4. No e-mail de manifestação de interesse, os licitantes deverão informar, de forma detalhada, os itens que desejam incluir no cadastro de reserva, contendo obrigatoriamente: número do item, quantidade, unidade, descrição, marca/modelo (conforme proposta originalmente apresentada), valor unitário igual ao do licitante vencedor e valor total correspondente.

15.3. Ao término dos procedimentos licitatórios, os licitantes classificados no cadastro de reserva serão convocados nos mesmos termos previstos para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a fim de firmar a Ata de Cadastro de Reserva, conforme modelo anexo ao edital.

15.4. Em caso de desistência, penalização ou qualquer outro fato impeditivo que inviabilize a execução contratual pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços, a Gerência competente procederá à convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assumir exclusivamente o saldo remanescente da contratação.

15.5 Da Renovação dos Quantitativos

15.5.1 Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626 /2024, e com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado e condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos para a prorrogação de sua vigência.

15.5.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

15.5.2.1 Comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

15.5.2.2 Previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

15.5.2.3 Justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

15.5.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

16. Da não Utilização de Lotes Exclusivas

16. DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVOS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III)

16.1 Muito embora por imposição da Lei Complementar nº 123/2006, por força do art. 48, I e III, o qual prevê que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente para a participação das ME/EPP/MEI nos itens com valores até R\$ 80.000,00 e, ainda em itens com valores superiores a estes aplicar a divisão de cotas de até 25% para a contratação das ME/EPP/MEI, existem casos em que tal aplicação não se torna viável e nem tão pouco vantajoso para a administração pública.

16.2 Desta forma, a contratação a que se pretende, neste procedimento, trata-se de produtos que por sua natureza são oferecidos diretamente por grandes distribuidores ou até mesmo pelos seus fabricantes, e a aplicação dos benefícios inibirá a participação dessas possíveis proponentes e, por conseguinte diminuirá a concorrência e poderá incidir em contratação menos vantajosa, conforme demonstrado no ETP.

16.3 A não aplicação das regras previstas nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 objetiva a ampliação da competitividade, pois sendo a licitação de ampla participação possibilita a participação de todas as empresas interessadas, independentemente de seu enquadramento, ressaltando-se que não haverá óbice a aplicação das demais regras de tratamento diferenciado e favorecido previstas Lei Complementar nº 123/2006 relativas as contratações públicas.

16.4 Pelo histórico das nossas licitações, pode-se verificar que os lotes exclusivos destinados as ME/EPP/MEI (itens inferiores a R\$ 80.000,00) e os com reserva de cotas (25%), costumeiramente não recebem propostas e são considerados desertos, causando atrasos nas aquisições, prejuízos à administração e demoras no atendimento a população.

16.5 É salutar registrar também, que quando se obtém êxito na aquisição dos referidos itens esta Pasta vem comprando produtos com valores diferentes, quando aplicado o inciso III do Art. 48 da Lei em comento, pois as MPes não conseguem negociar seus valores em relação aos valores das cotas principais, ofertados por Indústrias e grandes Distribuidoras. Este fato obriga esta administração a contratar um mesmo produto, com valores significativamente diferentes, ferindo o princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa.

16.6 Portanto, visando a ampliação da concorrência e ao princípio da eficiência recomendo que a licitação seja realizada através da modalidade Pregão na sua forma Eletrônica com participação aberta e aplicando-se os demais tratamentos diferenciado e simplificado previstos na Lei nº 123/2006.

16.7 Para melhor respaldar nossa escolha invocamos o previsto no art. 49, III da referida Lei Complementar, vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

ou

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

17. Apêndices.

- I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (ID 3928154);
- II - Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3934844);
- III - Quadro de Distribuição (ID 3908796);
- IV - Minuta de Contrato (ID 3934902);
- V - Minuta da Ata de Registro de Preço (ID 3934850);
- VI - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (ID 3934890).

18. Informações Gerais.

18.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (0xx69) 3516-2054 ou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Avenida Jamari, N°. 4615, Setor 02, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

18.2 O presente Termo de Referência foi elaborado por **Eutiane de Souza Stelmastchuk**, cargo Gerente SUAS -Sist..Unico de Assistência Social (Comissão), Matrícula 17006 e aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social , abaixo:

Elaborado por: Eutiane de Souza Stelmastchuk Gerente SUAS	Revisado por: Estefano Monteiro Gambarini Diretor Administrativo e Financeiro
---	---

18.3 Na forma do que dispõe o artigo 8º parágrafo 3º e artigo 12 parágrafo 2º e 4º do Decreto Municipal n.º 19.228/22. Aprovo o presente Termo de Referência.

MICHELINE BARCELOS

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Decreto nº. 21.868/2025.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MICHELINE BARCELOS

Autoridade competente

ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

Agente Administrativo

EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

GERENTE SUAS



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 11:55:33.





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	184	23/04/2026

ID:	3941014	Processo	Documento
CRC:	C5845E30		
Processo:	8-10564/2026		
Usuário:	EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK		
Criação:	23/04/2026 10:56:58	Finalização:	23/04/2026 12:26:23

MD5: **9F705806A2080070301D90D63BE96D7D**
SHA256: **43A95EB5E291D983B4F5B9E59C81422F72B4474198867C844D80D317A51C9298**

Súmula/Objeto:
Termo de Referência 184/2026.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES ARIQUEMES RO 23/04/2026 10:56:58


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791) 23/04/2026 10:56:58


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) 23/04/2026 12:26:29
COMISSAO

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI Diretor Administrativo e Financeiro (Comissão) 23/04/2026 12:27:25

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MICHELINE BARCELOS SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO) 23/04/2026 12:29:42

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3941014 e o CRC C5845E30.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Estudo Técnico Preliminar 106/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 10564/2026

2. Descrição da necessidade

Trata-se de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de traslado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.569/2021, pelo período de 12 (doze) meses.

A necessidade da contratação decorre de demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por meio do Memorando nº 323 /SEMDES/ADM/2026, visando assegurar a continuidade da prestação de serviços essenciais vinculados à política pública de assistência social.

Os serviços funerários possuem natureza essencial e contínua, destinados ao atendimento de demandas sociais sensíveis e imprevisíveis, cuja interrupção compromete a dignidade da pessoa humana e o adequado atendimento ao interesse público.

A assistência social, nos termos da Constituição Federal de 1988, configura-se como direito do cidadão e dever do Estado, sendo operacionalizada por meio de ações que garantam proteção social e condições mínimas de dignidade à população em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, o benefício eventual na modalidade auxílio funeral encontra amparo na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) e na Lei Municipal nº 2.569/2021, caracterizando-se como provisão temporária, de natureza não contributiva, destinada a mitigar os impactos decorrentes de falecimento no núcleo familiar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Micheline Barcelos
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	IZABEL FELIZARDO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá oferecer serviços funerários de qualidade para os usuários beneficiados, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana.

A prestadora dos serviços deverá ser do ramo da atividade pretendida, na qual possa garantir todas as obrigações do contrato, bem como estar regularizada nas exigências de nível de habilitação prévia à contratação, na regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica.

Na perspectiva de assegurar a execução desses serviços, a contratação deve assegurar as seguintes características e funcionalidades:

- Garantia da qualidade dos serviços com disponibilidade de pessoal qualificado voltado para a eficácia e eficiência dos recursos empregados;
- Disponibilidade de infraestrutura adequada e suficiente para atendimento do objeto;
- Veículos em bom estado para o transporte seguro e ágil de cadáveres;
- Atendimento do objeto com equipamentos, materiais, insumos de boa qualidade;
- Aptidão frente à regularidade fiscal, econômica/contábil, trabalhista, idoneidade e social;
- Apresentar aptidão para o desempenho das atividades pertinentes, por meio de atestado de capacidade técnica compatível em características e especificações, prazos e pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços requeridos;
- Responsabilidade pelo traslado, cuja cobrança da quilometragem compreenderá o trecho efetivamente percorrido em vias pavimentadas e não pavimentadas;



- Cumprimento eficiente das rotinas estabelecidas para o atendimento, especialmente quanto à apresentação de documentação primordial que permita as condições de ateste das despesas;
- Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, dados e documentos obtidos em razão da execução do contrato, vedada sua divulgação ou utilização para fins diversos do objeto contratado, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente;
- Preparação de todos os corpos, com a higienização e troca de vestimenta;
- Cumprir todas as normas ambientais e sanitárias relativas a prestação adequada e eficiente dos serviços;

Será realizada avaliação periódica da qualidade dos serviços prestados, considerando critérios como: pontualidade, adequação dos materiais fornecidos, atendimento às famílias e conformidade com as condições contratuais.

As instalações da contratada deverão atender integralmente às disposições da Lei Municipal nº 2.498/2021, bem como às suas eventuais alterações, observando os requisitos legais, sanitários e operacionais aplicáveis à prestação dos serviços funerários.

5. Levantamento de Mercado

Diante da necessidade identificada, verifica-se que o atendimento da demanda exige a contratação de empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido, abrangendo o fornecimento de urnas mortuárias e a prestação de serviços funerários, administrativos e de traslado.

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, mediante consulta a processos licitatórios e instrumentos congêneres, com o objetivo de identificar possíveis metodologias, tecnologias ou inovações aplicáveis ao objeto. Constatou-se que não há variações significativas quanto à forma de execução dos serviços, observando-se diferenças predominantemente relacionadas à adoção do modal licitatório, conforme a legislação vigente.

Verificou-se, ainda, que a contratação de serviços funerários constitui prática recorrente no âmbito da Administração Pública, em todas as esferas de governo, evidenciando tratar-se de solução consolidada e amplamente adotada para o atendimento dessa natureza de demanda.

Considerou-se, alternativamente, a execução direta dos serviços pela Administração. Contudo, essa hipótese mostrou-se inviável, em razão da inexistência de estrutura física adequada, equipamentos específicos e mão de obra qualificada, indispensáveis à prestação dos serviços funerários com o padrão mínimo de qualidade exigido e dentro dos parâmetros legais aplicáveis.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como a solução mais adequada, considerando a necessidade de atendimento contínuo e a imprevisibilidade da demanda. Tal modelo proporciona maior flexibilidade na gestão contratual, otimização dos recursos públicos e melhor controle da qualidade dos serviços prestado.

A análise de mercado foi direcionada à identificação de fornecedores aptos a atender às exigências técnicas e operacionais e legais, em especial a Lei Municipal nº 2.498/2021 que dispõe sobre a oferta e o exercício dos serviços funerários, neste município de Ariquemes/RO, considerando, especialmente, os seguintes aspectos:

Capacidade de Atendimento: Verificou-se a aptidão das empresas para atendimento imediato e contínuo, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, considerando o caráter emergencial dos serviços;

Eficiência no Atendimento: Observou-se que empresas especializadas, com estrutura operacional própria e experiência comprovada, apresentam maior capacidade de resposta, garantindo celeridade, organização e atendimento adequado às famílias em situação de luto;

Capacitação e Equipamentos Adequados: Foram considerados fornecedores que dispõem de veículos apropriados, urnas funerárias adequadas e demais equipamentos necessários, bem como equipe capacitada técnica e humanamente para a execução dos serviços;

Garantia da Qualidade e Continuidade dos Serviços: A contratação de empresa especializada assegura a prestação contínua dos serviços, inclusive em situações emergenciais, garantindo ao Município a disponibilidade de atendimento adequado, com padrões mínimos de qualidade e respeito à dignidade da pessoa humana.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais viável e eficiente para o atendimento da necessidade pública identificada, não se evidenciando, no mercado, solução mais vantajosa que atenda, de forma simultânea, aos requisitos de economicidade, eficiência e continuidade do serviço.



6. Descrição da solução como um todo

Considerando a necessidade administrativa devidamente caracterizada, a análise de mercado realizada e a viabilidade técnica e econômica da contratação, conclui-se que a solução mais adequada consiste na realização de procedimento licitatório para Registro de Preços, visando à futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de urnas mortuárias e prestação de serviços funerários, administrativos e de traslado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da imprevisibilidade da demanda e da necessidade de atendimento contínuo, permitindo à Administração maior flexibilidade na contratação, racionalização dos gastos públicos e aquisição conforme a efetiva necessidade, evitando estoques desnecessários e otimizando a gestão dos recursos.

O procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por grupo único, composto por itens interdependentes e correlatos. A opção pelo agrupamento dos itens visa assegurar a padronização dos serviços, a eficiência operacional, a compatibilidade técnica entre os elementos contratados e a responsabilização de um único fornecedor pela execução integral do objeto.

A utilização do pregão eletrônico amplia a competitividade do certame, promovendo maior concorrência e, conseqüentemente, melhores condições de preço e qualidade para a Administração. Ademais, a forma eletrônica confere maior celeridade, transparência e economicidade ao processo licitatório, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.

A solução proposta contempla a prestação de serviços de forma contínua, com atendimento ininterrupto (24 horas), assegurando a pronta resposta às demandas emergenciais, em conformidade com a natureza essencial do objeto e com as diretrizes da política pública de assistência social.

A contratação deverá observar os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com vistas ao atendimento do interesse público e à promoção da dignidade da população em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a solução adotada está alinhada ao planejamento das contratações do órgão, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública, a segurança jurídica na execução contratual e a garantia da continuidade e qualidade dos serviços prestados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Und.	CatMat/ CatSer	Descrição	Quantidade	Valor médio unitário	Valor Médio Total
1	Km	4170	Serviço de traslado fúnebre intermunicipal.	10.000	5,19	51.900,00
2	Und	483059	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	16	1.645,58	26.329,28
3	Und	483060	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 1,20 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	16	1.940,98	31.055,68
4	Und	483058	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	40	2.362,50	94.500,00



5	Und	483063	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	40	2.841,80	113.672,00
6	Und	483063	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	08	3.666,67	29.333,36
7	Und	483063	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	08	4.712,50	37.700,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 384.490,32

O custo estimado total da contratação é de R\$ 384.490,32 (trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos).

A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa nº. 001/SML/PMA/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Do não Parcelamento do Objeto Licitatório

Nos termos da legislação vigente, o parcelamento do objeto deve ser adotado como regra, sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade. Contudo, no presente caso, restou demonstrada a inviabilidade de sua adoção.

Os serviços a serem contratados possuem natureza integrada, sendo imprescindível que sejam executados por uma única empresa, a fim de assegurar a adequada prestação e continuidade das atividades. Destaca-se que etapas como o fornecimento de urna funerária e o traslado do corpo constituem um fluxo operacional contínuo, não sendo razoável sua fragmentação entre diferentes prestadores.

A eventual divisão do objeto acarretaria prejuízos de ordem técnica, operacional e administrativa, tais como:

- dificuldades na coordenação e gestão contratual;
- riscos de descontinuidade na execução dos serviços;
- aumento da complexidade logística;
- possibilidade de falhas na prestação, especialmente em um contexto que exige celeridade e sensibilidade.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também se mostra desvantajoso, pois implicaria elevação de custos para a Administração Pública, tendo em vista que cada contratado tenderia a incorporar, em sua proposta, despesas adicionais com transporte, deslocamento e integração entre etapas distintas do serviço. Tal cenário resultaria em sobreposição de custos e ineficiência na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a fragmentação do objeto poderia comprometer a própria finalidade da contratação, uma vez que demandaria a circulação do corpo entre diferentes prestadores, situação que se revela inadequada do ponto de vista operacional e sensível sob a ótica humanitária, causando transtornos adicionais aos familiares.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto atende de forma mais eficaz ao interesse público, garantindo maior eficiência na execução contratual, melhor gestão administrativa e economicidade.



Assim, o objeto será licitado em **LOTE ÚNICO**, composto por 07 (sete) itens, cuja segregação se mostra inviável, em razão de sua natureza harmônica e dependente.

Por fim, ressalta-se que, no caso concreto, a adoção do agrupamento não compromete a competitividade, mas, ao contrário, tende a atrair empresas com capacidade operacional adequada para a execução integral do objeto, assegurando propostas mais vantajosas e compatíveis com as necessidades da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Poderá ser formalizada contratação correlata específica para o pagamento da taxa junto à Central de Óbitos do Município de Porto Velho, conforme tabela de valores definida pela Divisão de Central de Óbitos do Departamento de Posturas Urbanas – DPU, da Secretaria Municipal de Serviços Básicos de Porto Velho (SEMUSB), aplicável aos óbitos ocorridos naquela localidade, tendo em vista que a realização de tanatopraxia constitui condição obrigatória para a liberação do corpo.

A referida contratação, se necessária, deverá ser realizada por meio de processo administrativo próprio, após análise de viabilidade administrativa, técnica e orçamentária pela Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 190/2026, Documento de Formalização da Demanda: 201/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem por objetivo assegurar o atendimento às famílias residentes na zona urbana, região do Garimpo Bom Futuro e área rural do Município de Ariquemes, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e que atendam aos critérios para concessão de benefícios eventuais.

Busca-se, por meio da política pública de assistência social, garantir suporte imediato às famílias enlutadas, suprimindo necessidades emergenciais decorrentes do falecimento de seus membros, com vistas à proteção social, à redução de vulnerabilidades e ao fortalecimento da dignidade da pessoa humana.

A iniciativa está alinhada ao direito constitucional à assistência social, bem como às disposições da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e da Lei Municipal nº 2.569/2021, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito do Município.

Os serviços a serem contratados visam assegurar o acesso ao sepultamento digno, garantindo condições adequadas de atendimento, com respeito às especificidades culturais, sociais e religiosas das famílias atendidas.

Adicionalmente, a contratação contribuirá para a continuidade, eficiência e regularidade da prestação do serviço público, evitando desassistência em momentos críticos, promovendo a inclusão social e assegurando o cumprimento do dever estatal de amparo às famílias em situação de vulnerabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Após a conclusão do certame, deverão ser adotadas as medidas necessárias à formalização do contrato ou instrumento equivalente, bem como a designação de servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e gestão contratual, visando assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas.

Adicionalmente, recomenda-se a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e fiscalização do contrato, especialmente quanto às especificidades do objeto, de modo a mitigar riscos e garantir a adequada execução dos serviços.

Por fim, deverá ser estruturado um fluxo interno de atendimento, definindo procedimentos claros para acionamento da empresa contratada, acompanhamento da execução dos serviços e registro de ocorrências, assegurando maior eficiência, controle e qualidade na prestação.



14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução dos serviços objeto da presente contratação pode gerar impactos ambientais, ainda que de forma indireta, especialmente em razão das atividades relacionadas ao preparo do corpo, fornecimento de urnas funerárias e realização de translados.

Neste sentido, a empresa que vier a ser contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber a fim de evitar impactos ambientais:

É imperioso que os materiais e serviços envolvidos nesta contratação considerem critério compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, devem ser observadas a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

O descarte de resíduos de funerárias deve seguir normas ambientais que considerem os riscos à saúde e ao meio ambiente. É proibido, à contratada, destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos de forma irregular, conforme Lei Federal nº 9.605/1998;

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa magnitude e passíveis de controle, desde que observadas as normas ambientais aplicáveis e adotadas medidas adequadas de mitigação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação de serviços funerários justifica-se pela necessidade de atendimento às demandas decorrentes da concessão de benefícios eventuais, conforme previsto na legislação vigente da assistência social, especialmente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A disponibilização de serviços funerários visa garantir condições mínimas de dignidade às famílias que não possuem recursos financeiros para arcar com tais despesas, evitando situações de desamparo social e assegurando o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que:

- Há demanda contínua e imprevisível, impossibilitando a execução direta pelo ente público;
- A terceirização do serviço permite maior agilidade no atendimento emergencial;
- Os custos envolvidos são compatíveis com os praticados no mercado, garantindo economicidade;
- A medida atende aos princípios da legalidade, eficiência e dignidade da pessoa humana.

Ademais, a contratação encontra respaldo nas normativas que regem os benefícios eventuais, assegurando a oferta de auxílio funeral às famílias que atendam aos critérios estabelecidos, conforme regulamentação municipal.



Diante do exposto, evidencia-se a necessidade e viabilidade da contratação de serviços funerários, de modo a assegurar o atendimento adequado à população em situação de vulnerabilidade social, em conformidade com as diretrizes da política de assistência social.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

Diretor Administrativo e Financeiro

IZABEL FELIZARDO

Coordenadora do CRAS

MICHELINE BARCELOS

Secretaria de Desenvolvimento Social







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	106/2026	16/04/2026

ID: 3928154	Processo	Documento
CRC: 20691FB4		
Processo: 8-10564/2026		
Usuário: QUELIA CRISPINIANO DE JESUS		
Criação: 16/04/2026 14:02:24	Finalização: 16/04/2026 14:04:51	

MD5: 10B77342BBE67641E835F8DB8608DCC4
SHA256: 15FFE5A8025500BB0E8CD3C4D14EB5DC62F946AFA8FB0B052CB1A6BDC6C18B69

Súmula/Objeto:
Estudo Técnico Preliminar

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	16/04/2026 14:02:24
---	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	16/04/2026 14:02:24
--------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI	Diretor Administrativo e Financeiro (Comissão)	17/04/2026 08:22:04
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MICHELINE BARCELOS	GESTORA DO FMDPI	17/04/2026 08:41:51
---	------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 IZABEL FELIZARDO	COORDENADORA - CRAS - PORT. 25/2021	22/04/2026 13:16:35
---	-------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3928154 e o CRC 20691FB4.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Matriz de Gerenciamento de Riscos 117/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

117/2026

Responsável pela Edição

QUELIA CRISPINIANO DE JESUS

Data de Criação

13/04/2026 14:15

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de urnas nos modelos popular, adulto, infantil, adulto especial e Prestação de Serviços funerários

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso no início da contratação	Demora na conclusão do procedimento licitatório ou na formalização da Ata de Registro de Preços, comprometendo a continuidade do atendimento funerário	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

- 1 Atraso no início da contratação;
- 2 Comprometimento da continuidade do atendimento funerário; necessidade de medidas emergenciais;
- 3 Desassistência a famílias em situação de vulnerabilidade.

Ações Preventivas

- P-01 Buscar base no Planejamento Estratégico e Orçamentário da Unidade, com foco no Plano de Contratações Anual. **Responsável:** ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

Ações de Contingência

- C-01 Adoção de contratação emergencial, se cabível; Priorização dos trâmites administrativos. **Responsáveis:** ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI, UANDERSON SILVA DE OLIVEIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Licitação deserta ou mesmo fracassada.	Ausência de propostas válidas ou fornecedores habilitados, inviabilizando a formação da Ata de Registro de Preços.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	

Impactos

- 1 Impossibilidade de formalizar a Ata de Registro de Preços;
- 2 Atraso na disponibilização do benefício a população;
- 3 Necessidade de republicação do certame.

Ações Preventivas

- P-01 Pesquisa de mercado consistente; **Responsável:** ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

- P-02 Definição clara e exequível das exigências; **Responsável:** ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

- P-03 Ampla divulgação do certame. **Responsável:** HENRIQUE DA SILVA

Ações de Contingência

- C-01 Revisão dos requisitos do edital e consequente republicação do certame; **Responsável:** HENRIQUE DA SILVA
- C-02 Adoção de contratação emergencial. **Responsáveis:** ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI, MICHELINE BARCELOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Demanda superior à estimada	Quantitativos insuficientes para atender a demanda real da população.	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

- 1 Insuficiência de serviços disponíveis;

2	Necessidade de nova contratação ou aditamento contratual;		
3	Impacto na continuidade do serviço público.		
Ações Preventivas			
P-01	Estimativa baseada em histórico, dados estatísticos e possibilidade de ampliação da concessão do benefício.	Responsáveis:	ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI, IZABEL FELIZARDO, CLAUDIA MOREIRA ALVES
Ações de Contingência			
C-01	Aditamento de quantitativos ou nova contratação.	Responsáveis:	MICHELINE BARCELOS, ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Descontinuidade na prestação dos serviços.	Interrupção no atendimento funerário por falhas do fornecedor ou ausência de contratação vigente.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Paralisação do atendimento funerário;					
2	Prejuízo direto às famílias em situação de vulnerabilidade, que necessitam do serviço de forma imediata;					
3	Danos à imagem institucional;					
4	Risco de judicialização e responsabilização do ente público.					
Ações Preventivas						
P-01	Definir e avaliar de forma criteriosa os documentos de habilitação do licitante;			Responsável: HENRIQUE DA SILVA		
P-02	Previsão de penalidades contratuais;			Responsável: HENRIQUE DA SILVA		
P-03	Gestão e fiscalização efetiva do Contrato.			Responsáveis: QUELIA CRISPINIANO DE JESUS, CLAUDIA MOREIRA ALVES		
Ações de Contingência						
C-01	Abrir processo sancionatório para apurar as irregularidades e consequente aplicação de sanções e/ou se for o caso, encerramento do contrato;			Responsável: MICHELINE BARCELOS		
C-02	Convocação de fornecedor remanescente;			Responsável: HENRIQUE DA SILVA		
C-03	Contratação emergencial.			Responsável: MICHELINE BARCELOS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Prestação inadequada dos serviços.	Serviços prestados em desacordo com os padrões de qualidade e dignidade exigidos, por ineficiência da fiscalização.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atendimento indigno às famílias;					
2	Falhas na execução (translado, preparo, velório);					
3	Desgaste institucional.					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecimento de especificações técnicas para execução dos serviço de forma clara;			Responsável:	ESTEFANO GAMBARINI	MONTEIRO
P-02	Realizar a gestão e fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.			Responsáveis:	QUELIA CRISPINIANO DE JESUS, CLAUDIA MOREIRA ALVES	
Ações de Contingência						
C-01	Notificação e se for o caso, aplicação de penalidades;			Responsáveis:	QUELIA CRISPINIANO DE JESUS, CLAUDIA MOREIRA ALVES, MICHELINE BARCELOS	
C-02	Comunicar ao Gestor do Contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo visando a sanção administrativa necessária.			Responsável:	CLAUDIA MOREIRA ALVES	
C-03	Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.			Responsável:	CINDIANY DA LUZ BERNARDO	

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

CINDIANY DA LUZ BERNARDO
Diretora Executiva



ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI

Diretor Administrativo e Financeiro

IZABEL FELIZARDO

Coordenadora do CRAS

UANDERSON SILVA DE OLIVEIRA

Secretario Adjunto

Gestão de Contrato

CLAUDIA MOREIRA ALVES

Psicologo N I (Fiscal do Contrato)

QUELIA CRISPINIANO DE JESUS

Agente Administrativo







Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Matriz de Gerenciamento de Riscos	117/2026	20/04/2026

ID: 3934844	Processo	Documento
CRC: 28AE9330		
Processo: 8-10564/2026		
Usuário: QUELIA CRISPINIANO DE JESUS		
Criação: 20/04/2026 14:04:49	Finalização: 22/04/2026 14:25:15	

MD5: 35F49E747828E3B0B7FA4A9D16A266CA
SHA256: F7629D5F70EDE770DA18FF9B346ECF8D096A34B17F70C1A95DCF52630D3BCBE4

Súmula/Objeto:

Matriz de Risco.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	20/04/2026 14:04:49
---	-----------	----	---------------------


ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	20/04/2026 14:04:49
--------------------------	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 QUELIA CRISPINIANO DE JESUS	AGENTE ADMINISTRATIVO N II	22/04/2026 14:25:58
--	----------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 ESTEFANO MONTEIRO GAMBARINI	Diretor Administrativo e Financeiro (Comissão)	22/04/2026 14:45:18
--	--	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 CLAUDIA MOREIRA ALVES	PSICOLOGO	23/04/2026 08:11:39
--	-----------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 UANDERSON SILVA DE OLIVEIRA	Secretário Adjunto - SEMDES	23/04/2026 08:24:24
--	-----------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 CINDIANY DA LUZ BERNARDO	Diretor Executivo (Comissão)	23/04/2026 08:26:49
---	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MICHELINE BARCELOS	SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)	23/04/2026 10:10:23
---	------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 IZABEL FELIZARDO	Port. nº 5/26 - COMISSÃO DE APOIO PARA RECEBIMENTO	23/04/2026 12:43:13
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3934844 e o CRC 28AE9330.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEMDES - ADMINISTRATIVO

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CRAS	ESTIMATIVA TOTAL
1	KM	Serviço de traslado fúnebre intermunicipal.	10.000	10.000
2	UND	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	16	16
3	UND	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 1,20 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	16	16
4	UND	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	40	40
5	UND	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	40	40
6	UND	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	08	08
7	UND	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	08	08

Ariquemes/RO, 14 de abril de 2026.

Av. Jamari nº 4615 - Setor 02, Ariquemes - RO - CEP 76.873-125
Contato (69) 3536-0206 - Email: semdes@ariquemes.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO**, em 14/04/2026 às 13:09, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)**, em 14/04/2026 às 13:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3908796** e o código verificador **FC312228**.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO
10/2026

Contrato nº /2026
Processo nº 10564/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de translado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.569/2021, pelo período de 12 (doze) meses.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO -
SEMPOG E A EMPRESA, PARA OS FINS
QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 2.166, Setor Institucional, Ariquemes/RO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ nº 14.749.953/0001-61, neste ato representada pela Sra. Micheline Barcelos, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, decorrente do Processo Administrativo nº 10564/2026, Pregão Eletrônico nº ____/2026/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de translado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.569/2021, pelo período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Serviço de translado fúnebre intermunicipal.	4170	km	10.000		
02	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em	483059	UND	16		

	metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.					
03	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 1,20 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483060	UND	16		
04	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483058	UND	40		
05	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	UND	40		
06	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	UND	08		
07	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	UND	08		

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze meses) contados a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, mediante justificativa formal, observados os limites legais aplicáveis.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no

Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É expressamente vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos ou obrigações inerentes ao presente objeto, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em contrato, o qual oferecerá o detalhamento das condições aplicáveis, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/04/2026.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

8.9 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4 Comunicar ao contratante, imediatamente, tão logo constatado o fato, os motivos que impossibilitem a execução do objeto, com a devida comprovação;

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, de forma imediata, em razão da natureza essencial e da urgência inerentes aos serviços funerários, as urnas mortuárias fornecidas e/ou os serviços prestados que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto,

seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO OBJETO

11.1 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à execução do serviço e bens acessórios ao contrato.

11.3 Eventuais falhas na execução contratual ou descumprimentos das condições pactuadas deverão ser sanados de forma imediata pela contratada, sem ônus adicional à Administração, assegurando a plena funcionalidade, qualidade e conformidade do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 12.1** A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.
- 12.2** A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.
- 12.3** A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.
- 12.4** A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.
- 12.5** Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.
- 12.6** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.
- 12.7** A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.
- 12.8** A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.
- 12.9** A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.
- 12.10** A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.
- 12.11** A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.
- 12.12** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.
- 12.13** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.
- 12.14** A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c)** der causa à inexecução total do contrato;
 - d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - i)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.
- 13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Assistência Social;

Programação: 08.244.0014.2411 Gestão de Benefícios Eventuais;

Elemento de Despesa: 33.90.32 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

Fonte de Recursos: Recurso Próprio e Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Ariquemes/RO,de de 2026.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Fundo Municipal de Assistência Social CNPJ: 14.749.953/0001-61	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

Av. Jamari nº 4615 - Setor 02, Ariquemes - RO - CEP 76.873-125
Contato (69) 3536-0206 - Email: semdes@ariquemes.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)**, em 23/04/2026 às 11:43, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3934902** e o código verificador **FAA2D10A**.

Referência: [Processo nº 8-10564/2026](#).

Docto ID: 3934902 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

LEI MUNICIPAL DE Nº. 2.569/2021, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

REGULAMENTA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS
EVENTUAIS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLA GONÇALVES REZENDE, Prefeita do Município de Ariquemes, no uso de
suas atribuições legais;

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Ariquemes aprovou, e eu sanciono e
promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais como um direito
garantido, nos termos do artigo 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei
Orgânica da Assistência Social LOAS.

Art. 2º O Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de Proteção Social de
caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de
Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais
e humanos.

Parágrafo único: Não dão direito aos Benefícios Eventuais situações relacionadas a
programas, projetos e serviços relacionados à Saúde (medicamentos, próteses, órteses, cadeira
de roda, fraldas geriátricas e infantis, transporte, leite especial, dentre outros); Educação (material
escolar, transporte escolar, uniforme, dentre outros), Esporte (material esportivo, uniforme, etc.) e
demais políticas setoriais.

Art. 3º Os Benefícios Eventuais destinam-se aos usuários e às famílias com
impossibilidade de arcar com o enfrentamento das contingências sociais por conta própria, cuja
ocorrência provoque riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo; a unidade da família; e a
sobrevivência de seus membros.

Parágrafo único: Considera-se família, para efeito da avaliação da renda *per capita*, o
núcleo básico vinculado por consanguinidade ou afinidade circunscrita a obrigações recíprocas e
mútuas organizadas em torno de relações de geração e gênero ou homoafetivas e que vivam sob
o mesmo teto.

Art. 4º Os Benefícios Eventuais somente serão concedidos mediante a identificação da
situação de vulnerabilidade social apresentada pelo usuário e/ou família no atendimento realizado
por profissionais que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais (Centros de
Referência da Assistência Social CRAS e Centros de Referência Especializados em Assistência
Social CREAS, que são vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES,
por meio de parecer técnico que justifique a concessão.

§ 1º Nas situações de vulnerabilidade temporária será dada prioridade à criança, ao idoso, à pessoa com deficiência, à gestante, à nutriz, à família, e nos casos de calamidade pública.

§ 2º A calamidade pública deve ser reconhecida pelo poder público, explicitando a situação anormal resultante de tempestades, enchentes, deslizamentos, desabamentos, incêndios, inversões térmicas, baixas ou altas temperaturas e epidemias, identificando os sérios danos causados às famílias e pessoas afetadas, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes, com as medidas a serem adotadas, independente dos benefícios eventuais.

Art. 5º O critério de renda mensal *per capita* familiar para acesso aos Benefícios Eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) do salário mínimo nacional, com exceção ao art. 4º, §2º (calamidade pública reconhecida pelo Poder Público).

§ 1º Poderá ser ultrapassado o critério de renda mensal *per capita* indicada no *caput*, desde que justificado através de parecer de técnicos de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais, e não ultrapasse a renda familiar de dois salários mínimos declarados no Cadastro Único para programas sociais, com exceção do art. 4º § 2º (calamidade pública reconhecida pelo Poder Público), que poderá ter a renda familiar ultrapassada.

§ 2º A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será assegurada por profissional técnico de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais, sendo vedada qualquer comprovação complexa e vexatória de pobreza e situações que provoquem constrangimento.

§ 3º Os Benefícios de Transferência de Renda não serão contabilizados para a concessão de Benefícios Eventuais.

Art. 6º Para recebimento de qualquer dos benefícios eventuais previstos nesta Lei, a família ou usuário deverão estar cadastrados na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais CADÚNICO, com exceção ao art. 4º, §2º, que deverá estar devidamente justificado através de parecer de técnicos de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais.

§ 1º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificado através de Parecer Técnico, poderá ser concedido benefício eventual previsto nesta Lei à família ou indivíduo que não estiver incluso no CADÚNICO, porém, o beneficiário deverá, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, providenciar o Cadastro Único, bem como apresentar o comprovante ao equipamento concedente.

§ 2º Deve ser assegurado à família/indivíduo o direito de participar dos programas, projetos e serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Art. 7º Os Benefícios Eventuais somente serão concedidos mediante análise técnica da situação temporária de vulnerabilidade e/ou risco material e/ou relacional vivenciada pelo indivíduo e/ou família, a partir da demanda espontânea; durante o processo de acompanhamento familiar, realizado por profissionais de nível superior que compõe as equipes de referência dos serviços socioassistenciais; e das demais formas de atendimento.

§ 1º A concessão de benefícios eventuais é o ato formal de reconhecimento do direito ao benefício, sendo uma ação que deve ocorrer por meio de escuta qualificada; verificação do atendimento de critérios definidos na regulamentação local; e registro da concessão em instrumento já adotado nas unidades socioassistenciais, tais como no prontuário SUAS, formulário de encaminhamento, relatório, visita domiciliar, entre outros.

§ 2º Servirá como documentos hábeis para prestação de contas pela concessão do benefício: termo de recebimento, listas assinadas pelos beneficiários, registros fotográficos, dentre outros documentos.

Art. 8º. Os critérios para concessão dos Benefícios Eventuais ofertados pela Política de Assistência Social obedecerão às modalidades previstas nas normativas:

- I - Auxílio natalidade;
- II - Auxílio-funeral;
- III - Auxílio passagem (concessão de bilhete de passagem);
- IV - Auxílio Essencial (Cestas de alimentos, kit de higiene e limpeza); e
- V - Auxílio-moradia.

§ 1º Os Benefícios Eventuais de que trata este artigo serão concedidos exclusivamente aos usuários e as famílias residentes no município de Ariquemes, ressalvado o auxílio passagem.

§ 2º Somente serão criados novos benefícios eventuais após análise e parecer da equipe técnica e orçamentária da SEMDES, com prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para fins de controle social.

Do Auxílio-Natalidade

Art. 9º. O Benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade (anexo I), constitui-se em uma prestação única, não contributiva, de assistência social, em bens de consumo e serviços, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família e deverá alcançar preferencialmente:

- a) atenções necessárias ao nascituro;
- b) apoio a mãe no caso de morte do recém-nascido;
- c) apoio a família no caso da morte da mãe e outras providências necessárias no âmbito da Política da Assistência Social.

Art. 10. O Auxílio Natalidade será concedido na forma de bens de consumo.

§ 1º Os bens de consumo serão concedidos sob a forma de produtos necessários ao recém-nascido, incluindo itens de vestuário e higiene, ou outros, desde que observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, ou através de projetos que contemple às gestantes.

§ 2º O Auxílio Natalidade só será autorizado após requerimento do interessado e Parecer Técnico a ser realizado por técnicos de nível superior nas unidades de atendimento do SUAS.

§ 3º O Auxílio Natalidade será devido à família em número igual ao das ocorrências desse evento.

Art. 11 O Auxílio Natalidade é destinado à família ou a quem detiver a guarda da criança e será concedido, observados os critérios estabelecidos no artigo 5º, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF da genitora ou responsável;
- b) Comprovante de residência;
- c) Folha resumo do Cadastro Único, ressalvado com justificativa técnica, conforme art.

6º, §1º.

Do Auxílio Funeral



Art. 12 O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, de assistência social, concedido na forma de prestação de serviços para reduzir a vulnerabilidade provocada por falecimento de membro da família.

§ 1º O auxílio funeral é composto dos seguintes serviços:

- a) Fornecimento de urna mortuária de madeira com ou sem visor;
- b) Translado do corpo;
- c) Isenção da taxa para sepultamento; e
- d) Pagamento da taxa da central de óbito.

§ 2º Não se aplica o serviço de translado do corpo para:

- a) Outros municípios e estados, exceto quando encaminhando pelo próprio município através da central de regulação de saúde do município de Ariquemes.
- b) Constatação de óbito no Serviço de Verificação de Óbito (SVO) e análise cadavérica no Instituto Médico Legal (IML).

§ 3º O auxílio funeral deverá ser requerido por integrantes da família beneficiária, desde que comprovado o parentesco, prioritariamente familiares de primeiro grau, ou pelo técnico de nível superior do SUAS no caso de parentesco desconhecido; vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou situação de rua, para adoção das medidas legais cabíveis.

Parágrafo Único: O benefício auxílio funeral será devido à família em número igual ao das ocorrências desse evento, observado os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 13. São documentos necessários para requerer o auxílio funeral:

- I. Declaração ou certidão de óbito;
- II. Comprovante de residência;
- III. CPF e carteira de identidade do requerente;
- IV. Ter renda per capita até $\frac{1}{2}$ (meio) do salário mínimo, conforme art. 5º; e
- V. folha resumo do cadastro único, ressalvado com justificativa técnica, conforme art. 6º, §1º.

Parágrafo Único: No caso de parentesco desconhecido; vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou situação de rua, o benefício eventual de auxílio funeral será concedido pelo técnico de nível superior do SUAS, mesmo com ausência dos documentos relacionados nos incisos II ao V.

Do Auxílio Passagem

Art.14 O benefício eventual, na forma de auxílio passagem intermunicipal ou interestadual, será concedido aos usuários que preencham os requisitos exigidos no art. 5º, após análise, constatação e parecer técnico, bem como serão exigidos os documentos comprobatórios que justifiquem a liberação do pleito e os contatos telefônicos necessários para a averiguação das informações prestadas.

§ 1º O benefício eventual, na forma da concessão de passagem intermunicipal ou interestadual, será provido nas seguintes situações:



a) Conduzir pessoas que, por motivo de violação de direitos, necessitem ser reintegrados às suas famílias, para outro município ou estado.

b) Indivíduos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, inclusive pessoas em situação de rua, que necessitem retornar à cidade de origem ou à cidade com familiares.

§ 2º Nos casos da alínea b, serão concedidos apenas uma vez, não podendo se configurar como concessão contínua.

§ 3º É vedada a concessão de passagem para tratamentos continuados, bem como para realização de Perícia Médica ou outra finalidade juntamente ao INSS e/ou órgão equivalente.

§ 4º O benefício de passagem interestadual, por via aérea, somente será provido nas situações em que o solicitante não puder se deslocar por via terrestre e tal impossibilidade for, em tempo hábil, documentalmente comprovada, e desde que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES - disponha de orçamento.

§ 5º Pessoa em situação de rua, conforme inciso II, será beneficiado através de atendimento e escuta pela equipe técnica de programas e serviços específicos, conforme define a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Do Auxílio Essencial

Art. 15 O benefício eventual, na forma de auxílio essencial, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, de assistência social, para reduzir a vulnerabilidade e risco social, provocada por um momento precário ocorrido na família, atendendo os critérios próprios, bem como o disposto no art. 5º.

Art. 16 Os Benefícios Eventuais Essenciais concedidos serão nas seguintes modalidades:

I Alimentação;

II Kit de higiene; e

III - limpeza.

Da Alimentação:

Art. 17 A oferta de benefícios eventuais essenciais, na modalidade alimentação, será concedida através de Cesta Básica, e/ou pecúnia conforme discriminado no anexo II desta Lei.

Parágrafo Único. Não são provisões da política de Assistência Social, entre outros itens, leites e dietas de prescrição especial.

Do Kit de higiene:

Art. 18 A oferta de benefícios eventuais essencial na modalidade kit de higiene (anexo III), será realizada na forma de bens de consumo para cuidados pessoais na garantia de condições mínimas de higiene, assim entendidos:

I da situação de rua ou migração.

II - de desastres e de calamidade pública.

III - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Do Kit limpeza:



Art. 19 A oferta de benefícios eventuais essenciais na modalidade kit de limpeza será realizada na forma de bens de consumo para cuidados na garantia de condições mínimas de limpeza, conforme produtos elencados no anexo IV.

Art. 20 O auxílio essencial será concedido aos usuários ou família pelo prazo de até 03 (três) meses consecutivos, podendo ser prorrogado por uma única vez, dentro do período de 12 (doze) meses, de acordo com relatório técnico.

§1º O presente benefício será concedido com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

§2º Poderá ser suspenso a qualquer tempo o auxílio essencial concedido, quando se verificar através de relatório técnico que o usuário ou família superou a vulnerabilidade.

Do Auxílio-Moradia (Aluguel Social)

Art. 21 O benefício eventual, na forma de Aluguel Social, terá caráter excepcional, transitório, não contributivo, concedido através de serviço de aluguel de imóvel de terceiros à famílias em situação habitacional de emergência que não possuam outro imóvel próprio no Município ou fora dele, condicionando ao atendimento dos critérios desta Lei.

§ 1º Considera-se situação de emergência a moradia de pessoas ou famílias em situação de risco causada pelo poder público municipal ou por calamidade pública decorrente de condições climáticas, tais como: deslizamentos, inundações, incêndios, comprovados através de parecer técnico da Defesa Civil.

§ 2º Para a concessão do benefício se faz necessário avaliação socioeconômica conforme os critérios do Artº 5 desta lei.

§ 3º O benefício do Aluguel Social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial

§ 4º A localização do imóvel, a negociação de valores, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será de inteira responsabilidade do titular do benefício.

§ 5º Somente poderão ser objeto de locação para fins do aludido benefício, os imóveis localizados no município de Ariquemes, que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco.

§ 6º A administração pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do contratado.

§ 7º Não serão aptos para receber o benefício eventual de Aluguel Social aqueles que estiverem residindo em área de risco, invasão, área verde ou em qualquer situação considerada como moradia irregular.

Art. 22 O valor máximo do benefício Aluguel Social corresponderá a 70% (setenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, pelo período de até 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1º Para a prorrogação do benefício, o técnico referenciado deverá promover a reavaliação socioeconômica da família beneficiada.

§ 2º O benefício do Aluguel Social será destinado exclusivamente a locação residencial, no qual será ofertado a moradia para o indivíduo que atenda aos critérios legais conforme art 5º e 6º.

§ 3º O benefício será concedido em prestações mensais em nome do beneficiado.



Art. 23 O auxílio-moradia poderá ser suspenso ou revogado a qualquer tempo, quando:

I- O beneficiário for atendido em qualquer programa de habitação, seja de esfera federal, estadual ou municipal;

II- Ocorrer modificações nas condições que ensejaram a concessão do benefício;

III- O beneficiário conquistar autonomia financeira;

IV - Restar verificado pelo poder público concedente, o uso indevido do benefício;

V- Quaisquer outros motivos relevantes, não previstos nesta Lei, mediante relatório técnico.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os Benefícios Eventuais serão concedidos por profissionais que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais (Centros de Referência da Assistência Social CRAS e Centros de Referência Especializados em Assistência Social CREAS, que são vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SEMDES, por meio de parecer técnico que justifique a concessão.

Art. 25. Para a concessão do benefício previsto nesta Lei se faz necessário o preenchimento cumulativo de todos os requisitos exigidos na parte geral, bem como nos artigos específicos correspondentes de cada benefício.

Art. 26 Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 27 O órgão gestor municipal da assistência social deverá prever o recurso próprio alocado no Fundo Municipal de Assistência Social e consignado na Lei Orçamentária Anual para o financiamento e gestão dos Benefícios Eventuais bem como poderá utilizar os recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social FEAS de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Cabe a gestão municipal de Assistência Social planejar-se para garantir a disponibilização desses benefícios.

§ 2º A especificação do valor dos Benefícios Eventuais serão estabelecidos em normativa do Poder Executivo Municipal e previstos na Lei Orçamentária Anual, com base nos critérios estabelecidos nesta Resolução.

§ 3º O órgão gestor da assistência social deverá assegurar a agilidade e a transparência no processo de concessão dos Benefícios Eventuais.

§4º Somente será deferido/concedido benefício eventual previsto nesta Lei se houver disponibilidade orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES.

Art. 28 Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização da aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, propondo, se necessário, a revisão anual da regulamentação de concessão dos mesmos.

Art. 29 Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de ofertas na prestação dos Benefícios Eventuais.

Art. 30 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei 2.178/2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 02 de dezembro de 2021.

CARLA GONÇALVES REZENDE

Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Autoria do Poder Executivo, CARLA GONÇALVES REZENDE, Prefeita do Município de Ariquemes/RO, [Mensagem de Projeto de lei 71 de 12/11/2021 \(ID 608347\)](#).

ANEXO I

Os bens de consumo do Benefício Eventual de Auxílio Natalidade deverão conter minimamente:

- 01 bolsa média
- 04 conjuntos de blusa e calça
- 05 fraldas de tecido
- 03 flanelas
- 03 pares de meia RN
- 01 toalha fralda de banho
- 01 cobertor bebê
- 01 banheira infantil
- 01 sabonete glicerinado
- 01 mamadeira 120ml
- 01 pct lenço umedecido
- 04 pct fraldas descartáveis RN e P

ANEXO II

Os bens de consumo do Benefício Eventual essencial na modalidade alimentação I Cesta básica, deverão conter minimamente:

- 05 kg de arroz



02 kg de feijão
01 L de óleo de soja
01 kg de macarrão
01 kg de açúcar
01kg farinha de mandioca
01 pct bolacha 450g
01 kg farinha de trigo
01kg fubá
02 molhos de tomate 340g
01kg de sal
½ kg de carne de charque
1kg Café

ANEXO III

Os bens de consumo do Benefício Eventual essencial na modalidade V Kit de higiene deverão conter minimamente:

02 sabonetes
01 creme dental 120g
02 escovas de dente
01 pct papel higiênico com 04 unidades

ANEXO IV

Os bens de consumo do Benefício Eventual essencial na modalidade V Kit de limpeza deverão conter minimamente:

01kg Sabão em pó
01L Água sanitária
02 barras de sabão
01 pct esponja de aço

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **CARLA GONCALVES REZENDE, PREFEITA MUNICIPAL**, em 02/12/2021 às 11:34, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **642513** e o código verificador **E884DC03**.

Docto ID: 642513 v1





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei	nº 2569/2021 - Bneficio Eventual	06/04/2026

ID: **3898583**

CRC: **C89A6C1C**

Processo: **8-7670/2026**

Usuário: **QUELIA CRISPINIANO DE JESUS**

Criação: **06/04/2026 09:05:50** Finalização: **06/04/2026 09:07:33**

Processo



Documento



MD5: **99E299120B383ABD94DF7DC6E1B7A75C**

SHA256: **8FFD63E14436139F478EA60885B7AE2295FE1E0E4AE7CA62C190B6E1D12F3E0E**

Súmula/Objeto:

Lei Municipal 2569/2021 - Beneficio Eventual

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 09:05:50
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (172)	06/04/2026 09:05:50
------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3898583 e o CRC C89A6C1C.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026
PROCESSO N.º 8-10564/SEMDES/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e seis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes/RO, e a (s) empresa (s) abaixo qualificada (s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O objeto da presente ata é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de traslado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.569/2021, pelo período de 12 (doze) meses.

TABELA I

1. LICITANTE:
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:
ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....
NOME DO REPRESENTANTE:....., INSCRITO NO CADASTRO DE PESSOAS
FÍSICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA CPF/MF SOB O nº.RG SOB O Nº.
..... DETENTORA DO ITEM
(S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND. DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNT. (R\$)	EMPRESA DETENTORA
01	Serviço de traslado fúnebre intermunicipal.	4170	km	10.000			
02	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 0,80 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02	483059	UND	16			

	(duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.					
03	Urna mortuária infantil simples em tamanho de 1,20 m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 04 (quatro) alças fixas, 02 (duas) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Incluso Serviços Funerários e Administrativos.	483060	UND	16		
04	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,70m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Seviços Administrativos e Funerários.	483058	UND	40		
05	Urna mortuária adulto simples em tamanho de 1,90m de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	UND	40		
06	Urna mortuária especial grande (com peso até 150 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado,	483063	UND	08		

	com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.						
07	Urna mortuária especial extra grande (com peso acima de 200 kg) de madeira, pinho ou similar, modelo sextavado, com 06 (seis) alças fixas, 04 (quatro) chavetas em metal, forração interna em tecido TNT, com babado, com caixa e tampa forrada, com visor. Inclusos Serviços Administrativos e Funerários.	483063	UND	08			

CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

2.2. Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

2.3. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

2.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM NA ARP Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES
Grupo Único (Itens 01 a 07)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

3.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

3.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação

decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: registrodepreco.pma@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos

preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS

8.1 Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

8.2 A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

8.2.1 comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

8.2.2 previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

8.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

8.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula IX Da Dotação Orçamentária.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15 % (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

VI - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.3.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA XI - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na

Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XII - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

12.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

12.2.1 O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art. 80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

12.2.2 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

12.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato

13.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

13.2.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

13.2.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

CLÁUSULA XIV - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

14.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a)na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. XX/SML/2026 a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº.10564/2026.

15.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0XX/2026/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Izabel Farias da Costa

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Jamari nº 4615 - Setor 02, Ariquemes - RO - CEP 76.873-125

Contato (69) 3536-0206 - Email: semdes@ariquemes.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO**, em 23/04/2026 às 12:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3934850** e o código verificador **989847F1**.

Referência: [Processo nº 8-10564/2026](#).

Docto ID: 3934850 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA

**ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE CADASTRO DE RESERVA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º
PROCESSO N.º 10564/SEMDES/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de urnas mortuárias, prestação de serviços funerários, serviços administrativos correlatos e serviços de traslado, com atendimento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas, destinados à população usuária do Sistema Único de Assistência Social SUAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.569/2021, pelo período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE:
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL:
ENDEREÇO:..... CEP: Cidade:.....
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no
Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº.RG sob o nº.
.....
DETENTORA DO ITEM (S):.....

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa
2	Aaaaaaaaaa	UND	111111	1	Aaaa	1111,11	Aaaa
				2	Aaaa	1111,11	Aaaa
				3	Aaaa	1111,11	Aaaa

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

ÓRGÃO GERENCIADOR

Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa:

Representante:.....

Av. Jamari nº 4615 - Setor 02, Ariquemes - RO - CEP 76.873-125
Contato (69) 3536-0206 - Email: semdes@ariquemes.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK, GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO**, em 23/04/2026 às 12:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3934890** e o código verificador **EC8AEFCF**.

Referência: [Processo nº 8-10564/2026](#).

Docto ID: 3934890 v1



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

LEI MUNICIPAL DE Nº2.498/2.021

ARIQUEMES, RO 22 DE JUNHO DE 2.021.

"DISPÕE SOBRE A OFERTA E O EXERCÍCIO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS, NESTE MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLA GONÇALVES RESENDE, Prefeita do Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ariquemes, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º Consideram-se serviços funerários, para os fins e efeitos desta Lei, as atividades de:

I - comercialização/fornecimento de urna(s) e paramentos funerários;

II - a conservação de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

III - higienização de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

IV - tamponamento de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

V - formolização de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

VI - necromaquiagem;

VII - ornamentação de urnas funerárias;

VIII - remoção de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

IX - cortejo fúnebre; 16/06/2021 Mensagem de Projeto de lei 20 de 03/05/2021, assinado na forma do Decreto nº 16.426/2020 (ID: 329030 e CRC: D48DFBCC). 5/14

X - organização e administração de velórios;

XI - montagem de câmara ardente ou paramentos necessários a cerimônia fúnebre;

XII - traslado intermunicipal ou interestadual por via terrestre ou aérea, de cadáveres e/ou de restos mortais humanos;

Art. 2º Os serviços funerários no município de Ariquemes/RO são de caráter público essencial, devendo a oferta aos respectivos destinatários/usuários desses serviços atender as condições de cortesia, discrição, urbanidade, regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas.

Art. 3º Enquanto não outorgados formalmente mediante o regime de concessão ou de permissão, submetidos à via licitatória, os serviços funerários no município de Ariquemes/RO poderão ser prestados pela iniciativa privada, por meio de estabelecimentos já instalados na circunscrição municipal,



desde que observado e atendido o integral cumprimento das exigências e obrigações consignadas na presente Lei.

Art. 4º O serviço funerário poderá ser prestado por estabelecimento de fora da circunscrição municipal em caso de:

I - Óbito ocorrido em Ariquemes, de pessoa domiciliada em outro município, quando o serviço poderá ser realizado por empresa daquela localidade, mediante recolhimento de taxa ao Município de Ariquemes, conforme regulamentação específica

II - Óbito ocorrido em outro município, mas a família opta pelo sepultamento em Ariquemes, com prévia autorização do Poder executivo municipal Ariquemense;

§ 1º A transladação de corpos para sepultamento em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal de todos os serviços efetivamente prestados;

§ 2º Quando o corpo for trasladado para município localizado a uma distância superior a 50 km (cinquenta quilômetros) será obrigatória a devida preparação visando assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais e de saúde;

§ 3º Nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as normas procedimentais específicas;

§ 4º Os estabelecimentos funerários deverão estar comprovadamente regularizados nos municípios de origem, bem como previamente cadastrados no órgão municipal competente, além de ter que efetuar o recolhimento da devida taxa à municipalidade;

§ 5º As funerárias de outros municípios deverão apresentar toda a documentação necessária para sua perfeita identificação e de verificação da regularidade de sua situação, bem como de seus empregados e contratados, a critério do órgão municipal competente.

Art. 5º Os estabelecimentos funerários devem reunir/possuir os seguintes documentos, observando o ano vigente, quando necessário para o seu pleno funcionamento:

I - Alvará de localização e funcionamento, expedido pelo setor de finanças ou fazenda municipal, autorizando o desenvolvimento das atividades no município;

II - Alvará/Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária Municipal;

III - Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde PGRSS, analisado e aprovado pela Vigilância Sanitária Municipal;

IV - Alvará/Licença expedida pela do Corpo de Bombeiros;

V - Alvará/Licença Ambiental expedida pela Secretaria de Meio Ambiente Municipal ou Estadual, conforme pactuação.

Art. 6º Os serviços funerários, no município de Ariquemes/RO, sujeitar-se-ão sempre à fiscalização do Poder Executivo municipal, com a cooperação dos respectivos destinatários/usuários e dos próprios estabelecimentos funerários.

Art. 7º Constituem direitos e garantias dos destinatários/usuários dos serviços funerários, sem prejuízo do resguardado pela legislação de proteção e defesa do consumidor:

I - receber o serviço adequado;

II - receber informações claras relativas ao serviço funerário e a sua forma de execução;



III - receber orientações necessárias e adequadas sobre as modalidades de serviços disponíveis;

IV receber a oferta de diversos padrões de produtos e materiais empregados no serviço funerário;

V Obter e utilizar os serviços funerários com liberdade de escolha, observadas as normas que regulamentam a atividade.

VI - Levar ao conhecimento dos Poderes Públicos as irregularidades de que tenha conhecimento, referente aos serviços prestados;

Parágrafo único. Serviço adequado, para os fins desta Lei, é o que satisfaz as condições de cortesia, discrição, urbanidade, regularidade, continuidade, generalidade, atualidade, eficiência, segurança na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 8º Constituem deveres dos destinatários/usuários dos serviços funerários:

I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços;

II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes em quaisquer esferas de governo, para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;

III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos.

Art. 9º Os serviços funerários apenas poderão ser ofertados e exercidos no município de Ariquemes/RO por pessoas jurídicas que dispõem de:

I estabelecimento apropriado para o atendimento ao público;

II - no mínimo um veículo devidamente adaptado para remoção de cadáver(es) e/ou restos mortais humanos, obedecidos aos parâmetros desta Lei;

III - quadro de empregados, com capacitação/qualificação técnica comprovada para as atividades inerentes às funções que exercem;

IV no mínimo uma linha telefônica comercial;

V - estoque com no mínimo 50 (cinquenta) urnas disponíveis, de diferentes faixas de preços, com variedade de modelos apta a atender todas as classes sociais.

Art. 10 Compreende-se como estabelecimento apropriado, para os fins desta Lei, o prédio que abrigue área, para o seu funcionamento, de no mínimo 100m² (cem metros quadrados), com edificações subordinadas às seguintes condições físicas gerais:

I - Não possuir comunicação física com ambiente de domicílio ou outro estabelecimento que realize atividades não relacionadas às atividades constantes nesta legislação;

II - Quando possuir sistema de abastecimento de água, por meio de reservatório (caixa d'água, cisterna ou similar), o mesmo deverá ser revestido de material resistente e impermeável com cobertura adequada e capacidade de armazenamento compatível com o consumo;

III - Dispor de sistema de captação e armazenamento de Resíduos de Serviço de Saúde RSS e efluentes/esgotos, em conformidade com as regulamentações sanitárias e ambientais vigentes;

IV - Possuir instalações elétricas e hidráulicas embutidas ou protegidas, facilitando a circulação e higienização do ambiente;



V - Ter forro ou teto em bom estado de conservação, revestido por material que possibilite limpeza e manutenção;

VI - Contar com piso revestido de material resistente, impermeável e em perfeito estado que converseção de modo que possibilite o processo completo de limpeza e desinfecção;

VII - Gozar de paredes, portas e janelas revestidas de material resistente, liso e lavável;

VIII - Haver janelas e demais aberturas destinadas à ventilação do ambiente, onde sejam realizados procedimentos higienização, tamponamento, armazenagem temporária ou conservação de restos mortais humanos, protegidas contra a entrada de insetos e outros animais;

IX - Ambientes de recepção e espera para atendimento do contratante dos serviços ou familiares;

X - Sala administrativa exclusiva para a realização das atividades administrativas da empresa;

XI - Depósito de Material de Limpeza - DML, exclusivo para guarda dos materiais, equipamentos e saneantes utilizados nos procedimentos de limpeza e desinfecção do estabelecimento, bem como a sua preparação para o uso, provido de tanque para a realização dos procedimentos de limpeza.

XII - Área para embarque e desembarque de carro funerário: área exclusiva, com acesso privativo, distinto do acesso público ao estabelecimento funerário;

XIII - Possuir instalações sanitárias separadas por sexo em perfeito estado de conservação e higiene, devendo ainda haver local para a higienização das mãos com os devidos materiais para realizá-la.

XIV Sala para higienização, tamponamento e de procedimentos de conservação de restos mortais humanos, com acesso restrito aos funcionários do setor, devendo ser dotadas de:

§1º Mesa ou bancada para necrópsia para conservação e preparo de restos mortais humanos, de formato que facilite o escoamento de líquido, feita ou revestida de material liso, resistente, impermeável e lavável;

§2º Sistema mecânico de exaustão, para complementar as áreas de abertura de ventilação (janelas);

§3º Lavatório com água corrente exclusivo para higienização das mãos dos trabalhadores, provida de material adequado para limpeza e enxugo.

§4º Lavatório com água corrente exclusivo para higienização dos equipamentos e materiais utilizados na manipulação de restos mortais humanos, provida de material adequado para higienização dos mesmos.

§5º Ambiente ou local destinado para guarda de materiais de trabalho e Equipamentos de Proteção Individual EPIs.

§6º Possuir equipamentos de armazenamento e conservação dos resíduos, conforme exigências legais de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

Art. 11 As funerárias que oferecerem serviço de vigília deverão abrigar, além dos ambientes descritos no Art 10, as seguintes áreas:

I - Ambiente de vigília (quarto, dormitório, sala de descanso ou similar), em perfeito estado de conservação e higiene, oferecendo condições de conforto, ventilação e iluminação adequados; e

II - Copa/cozinha obedecendo às normas dos estabelecimentos que manipulem alimentos, no e couber.



Art. 12 Os estabelecimentos que apenas comercializem ornamentações e artigos funerários ficam dispensados de dispor de estrutura física dos ambientes descritos nos incisos III, VIII, X, XII, XIII, XIV §1º à §6º, do Art 10.

Parágrafo único. O estabelecimento deverá dispor de ambiente para guarda de estoque de artigos funerários (depósito/almojarifado) em perfeito estado de conservação, organização e higiene.

Art. 13 Compreende-se como veículo devidamente adaptado, para os fins desta Lei, o automóvel com dimensões mínimas compatíveis com o tamanho dos caixões, urnas ou esquifes existentes no mercado, observadas as seguintes características:

I - a pintura da lataria terá cores contrastantes com a cor da inscrição feita no veículo, identificando de maneira clara o estabelecimento funerário prestador do serviço;

II - na traseira do veículo constará a identificação com a inscrição "funerária", em letras de no mínimo 10 cm (dez centímetros);

III - os vidros laterais, exceto os paralelos aos bancos dianteiros, e o para-brisa traseiro dos veículos serão opacos;

IV - a parte destinada à colocação dos caixões, urnas ou esquifes será revestida de material impermeável e equipada com presilhas ou outro dispositivo destinado a fixá-los;

V - divisória de material de fácil assepsia será colocada entre o habitáculo do veículo e a cabine do motorista.

§ 1º No veículo a que se refere o caput é vedada a colocação de letreiro, engenho publicitário ou artefato que desvirtue o caráter solene do funeral.

§ 2º O veículo a que se refere o caput será mantido limpo e em perfeitas condições de funcionamento, conservação e estética.

§ 3º Não poderá o veículo superar 10 anos de uso.

Art. 14 São deveres das pessoas jurídicas localizadas no município de Ariquemes/RO, prestadoras de serviços funerários:

I - Atender as diretrizes normativas expedidas pelo Poder Executivo Municipal, sujeitando-se à fiscalização dos serviços prestados, bem como à legislação vigente debruçada sobre a matéria;

II - Assegurar aos agentes fiscalizadores do Município o livre acesso às dependências das funerárias e ao complexo funerário;

III - Manter os documentos contábeis e despesas operacionais, alvará de localização, licenciamento ambiental, alvará da vigilância sanitária e alvará do corpo de bombeiros à disposição do Poder Executivo;

IV - Manter sistema informatizado que viabilize a emissão de relatórios mensais ao Poder Concedente relacionados à prestação dos serviços;

V - Manter instalações adequadas ao fornecimento dos serviços, no Município;

VI - Cumprir as ordens de serviços expedidas pelo Poder Executivo;

VII - Manter estoque(s) com quantitativo mínimo de urnas, conforme exigido na presente lei, de modo a viabilizar o serviço adequado à população;



VIII - Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços;

IX - Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante a prestação do serviço;

X - Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes deste projeto básico, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

XI - Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com a prestação do serviço;

XII - Manter, durante todo o período que ofertar e executar os serviços funerários, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

XIII Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

XIV - Orientar os usuários quanto à documentação exigida pelos cemitérios, cartórios e registros e demais órgãos necessários para o sepultamento, sem a cobrança de quaisquer valores adicionais por isso;

XV - Obedecer à tarifa e os preços máximos para sua remuneração dos serviços prestados à população, a ser definido por Decreto Municipal, em consonância com a Tabela Referencial de valores das atividades funerárias no Brasil (ABREDIF);

XVI - Respeitar o rodízio conforme previsto na Lei e nos Decretos, eximindo-se de praticar qualquer ato tendente a frustrar a sua sequência, exceto quando o responsável pelo sepultamento manifestar sua irresignação e optar por determinada empresa;

XVII - Tratar com urbanidade o público e os fiscais no empenho de funções na fiscalização dos serviços;

XVIII - Recolher, mensalmente, aos cofres municipais os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre suas atividades;

XIX - Realizar a manutenção periódica do prédio da capela mortuária municipal, deixando-a em condições de funcionamento, provendo a necessidades básicas do prédio referentes à parte elétrica (lâmpadas, tomadas, interruptores), parte hidráulica (torneiras, banheiros e descargas), ornamentação e jardinagem (grama, árvore e plantas);

XX - Dispor de catálogo com os valores das tarifas em local visível e apresentá-lo quando solicitado pelos familiares para hipótese de opção por modelo de serviço e produtos e dispor informativo em tamanho de papel A4 da lista dos serviços obrigatórios;

XXI Comunicar previamente ao departamento de vigilância em saúde, da Secretaria de Saúde, todo o óbito sobre o qual vir a atuar na prestação do serviço, para referendar/convalidar as informações cadastrais constantes no atestado de óbito, viabilizando assim a inumação no município de Ariquemes ou o traslado para outra municipalidade.

Parágrafo único. O corpo de indigente, assim considerado o cadáver não reclamado por familiares após o decurso de prazo legal, será inumado mediante autorização do delegado de polícia plantonista.



Art. 15 Para atendimento aos destinatários/usuários do serviço funerário, as funerárias manterão uma Central de Atendimento de Serviços Funerários, em período de 24 horas por 7 dias de forma ininterrupta, com fiscalização permanente do Poder Público Municipal, através da unidade administrativa competente, com o objetivo de sistematizar a divisão equitativa do número de atendimentos entre todos os estabelecimentos funerários, afastando a prática do agenciamento na busca de clientes.

Parágrafo único. O funcionamento da Central de Serviços Funerários será regulamentado por ato do Poder Executivo.

Art. 16 A escala do sistema de rodízio será definida trimestralmente por ato do Poder Executivo, no âmbito do departamento de vigilância e saúde da Secretaria de Saúde Municipal, conforme os parâmetros assegurados na presente Lei.

Art. 17 Os parâmetros tarifários dos serviços funerários serão delimitados por ato do Chefe do Poder Executivo, a ser objeto de atualização anual.

§ 1º Eventuais serviços não contemplados no referido ato, poderão ser negociados livremente, até o preço máximo referencial estabelecido pela Associação Brasileira de Empresas Funerárias e Administradoras de Planos Funerários (ABREDIF), desde que não se caracterizem abusivos e não configurem cartel ou monopolização, devendo tal valor ser acertado previamente com o usuário.

§ 2º Após os 12 (doze) meses iniciais os reajustes nos valores constantes do Decreto Municipal ocorrerão tomando por base a variação do IGP-M acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice oficial que apresente menor valor.

§ 3º A tarifa poderá ser revista a pedido de qualquer concessionária ao Município para manter a justa remuneração do serviço e o equilíbrio econômico financeiro, desde que devidamente comprovada a necessidade, condicionada à análise do Poder Executivo;

§ 4º Constituir-se-á em infração a presente Lei a prática de preços superiores aos permitidos.

Art. 18 É vedado às pessoas jurídicas contempladas nesta Lei o exercício de qualquer atividade estranha ao serviço funerário.

Parágrafo único. É proibido efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais, bem como manter plantão e oferecer serviços em hospitais, casas de saúde, asilos, delegacias de polícia e Instituto Médico Legal, por si ou por pessoas interpostas, ou através de funcionários de quaisquer instituições públicas ou privadas, incluindo-se, nesta proibição, os atos de contratação, quaisquer que sejam suas extensões, devendo, tais procedimentos, ocorrer nas empresas, diretamente e por livre escolha dos interessados em sua contratação, sob pena de imediata revogação do contrato de concessão.

Art. 19 O descumprimento de quaisquer exigências contidas nesta Lei ou regulamento sujeitará a empresa infratora à aplicação, separada ou cumulativa, pelo Poder Público através da unidade administrativa competente, das seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal:

- I - Advertência escrita;
- II - Multa de 50 (cinquenta) UFAR, a ser aplicada em dobro no caso de reincidência;
- III - Suspensão das atividades;
- IV - Interdição do estabelecimento funerário;
- V - Proibição de exercer o serviço funerário;

Parágrafo único. Compete aos setores de fiscalização do Poder Executivo municipal, a fiscalização dos serviços funerários do Município, cumprindo à Secretaria Municipal de Saúde o exame e



deliberação acerca de assuntos concretos ligados ao serviço funerário municipal, a elaboração de planos e estudos inerentes a esses serviços, o cálculo e atualização das tarifas, a intermediação de todos os ajustes entre usuários e empresas concessionárias, de modo a garantir a perfeita execução dos serviços funerários e observância das regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 20 Os estabelecimentos funerários poderão apresentar defesa, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação das penalidades aplicadas.

Parágrafo único. Na hipótese de seu indeferimento, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação da decisão.

Art. 21 A multa deverá ser paga pelo estabelecimento funerário, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da notificação ou do indeferimento do recurso.

Art. 22 Independentemente das penalidades pecuniárias impostas, o estabelecimento funerário poderá ficar impedido de atuar no município de Ariquemes, a qualquer tempo, sem quaisquer indenizações, no caso de incorrer nas seguintes situações:

I - Perda da capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - Paralisação injustificada dos serviços;

III - Subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, dos serviços funerários, sem autorização prévia e expressa do Poder Executivo.

Art. 23 Os titulares, sócios ou acionistas de pessoa jurídica que exerce serviços funerários no município de Ariquemes não poderão integrar outra firma ou sociedade que preste a mesma natureza de serviço dentro da circunscrição municipal.

Art. 24 Os demais requisitos para funcionamento do serviço funerário serão regulamentados pelo Poder Executivo, por meio de Decreto.

Art. 25 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, CARLA GONÇALVES RESENDE,
Prefeita do Município de Ariquemes,
Projeto de Lei 3116/2021, [Despacho 166 de 21/06/2021 \(ID 395516\)](#).

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **CARLA GONCALVES REZENDE, PREFEITA MUNICIPAL**, em 22/06/2021 às 11:21, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **396241** e o código verificador **5103FEEF**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA	***.696.051-**	22/06/2021 11:19
2	HENRIQUE DA SILVA	***.647.022-**	25/06/2025 12:51

Docto ID: 396241 v1





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei	Municipal 2498/2021	30/03/2026

ID: **3886013**

CRC: **7ED7A0F9**

Processo: **8-7670/2026**

Usuário: **QUELIA CRISPINIANO DE JESUS**

Criação: **30/03/2026 10:42:48** Finalização: **30/03/2026 10:50:25**

Processo



Documento



MD5: **7853B6C35306E5F745A0047E959A3DC6**

SHA256: **931FD43218F2D975FACFEF0389534BCD8FE00F91E0BCC405B5F34D53CAE455DB**

Súmula/Objeto:

Lei Municipal 2498/2021

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	30/03/2026 10:42:48
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (172)	30/03/2026 10:42:48
------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3886013 e o CRC 7ED7A0F9.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**

LEI MUNICIPAL Nº 2.939, ARIQUEMES, 12 DE MAIO DE 2025.

AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO

"ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 2.498/2021 DE 22 DE JULHO DE 2021 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLA GONÇALVES REZENDE, Prefeita do Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ariquemes, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LE I:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do art. 13 da Lei n.º 2.498/2021, que dispõe sobre o serviço funerário no Município de Ariquemes, Estado de Rondônia, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 13
.....

§ 3º Não poderá o veículo superar 15 (quinze) anos de uso."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 12 de maio de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Autoria do Poder Legislativo - Vereadora Rafaela do Batista e Vereador João Mendes - Projeto de lei nº 3.635/2.025.





Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **CARLA GONCALVES REZENDE, PREFEITA MUNICIPAL**, em 15/05/2025 às 13:29, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3170414** e o código verificador **79173265**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ELIANE MARIA CORDEIRO	***.335.892-**	14/05/2025 11:50
2	MARCOS PAIVA FREITAS	***.357.872-**	14/05/2025 12:15
3	TACIO AUGUSTO MORENO DE FARIAS	***.158.752-**	15/05/2025 08:41
4	GISELE JASSET DE MENDONCA	***.634.612-**	15/05/2025 12:30
5	CARLA MENDES DA SILVA	***.926.212-**	16/05/2025 08:32
6	BRENO MAIFREDE CAMPANHA	***.962.637-**	19/05/2025 15:45
7	LUCELI GOMES DE ANDRADE	***.684.602-**	20/05/2025 07:45

Documento publicado no diário oficial municipal do dia **19/05/2025**, edição **3981**, página **14** e código verificador **B2CB715E**.

Referência: [Processo nº 8-11569/2025](#).

Docto ID: 3170414 v1





Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16
Av. Tancredo Neves
www.ariquemes.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Lei	Municipal 2939/2025 - Alteração da Lei	30/03/2026

ID: **3886096**

CRC: **CF9CC1EA**

Processo: **8-7670/2026**

Usuário: **QUELIA CRISPINIANO DE JESUS**

Criação: **30/03/2026 10:52:54** Finalização: **30/03/2026 10:57:47**

Processo



Documento



MD5: **E1B856A78CC9C3D3BDC1C8E4C13663CC**

SHA256: **E21546AC3F0F0223B0B3ADF63089A3BBE07C0CB9FBF1044B9DD87034D0F76DCC**

Súmula/Objeto:

lei municipal 2939

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES	ARIQUEMES	RO	30/03/2026 10:52:54
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (172)	30/03/2026 10:52:54
------------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ariquemes.ro.gov.br informando o ID 3886096 e o CRC CF9CC1EA.